



Imprensa Oficial Eletrônica do Município de Mairiporã

Orgão de Publicação de Atos Oficiais

Quarta-feira, 15 de julho de 2026

Ano XX

Edição 1581

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ

TERMO DE DESISTÊNCIA CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2024

O IPREMA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ, no uso de suas atribuições legais, torna público que o convocado abaixo relacionado é considerado **DESISTENTE**, da respectiva vaga, por não cumprir as exigências legais do edital do certame.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO GERAL
JOÃO CARLOS DA QUINTA JUNIOR	COPEIRO/FAXINEIRO	2º

Mairiporã, 10 de julho de 2026

Suzi Maria Rodrigues Muller
Diretor Adm/Financeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2024

O IPREMA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** os (as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público nº. 01/2024**, no(s) cargo(s) abaixo, para comparecer no IPREMA, sito à Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Mairiporã/SP, no horário das 08h30 às 16h00, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados desta publicação, munidos dos documentos enumerados no edital supracitado.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência da vaga.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO GERAL
MAISA GOMES	COPEIRA-FAXINEIRA	3º

Mairiporã, 08 de julho de 2026

Suzi Maria Rodrigues Muller
Diretor Adm/Financeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

ATA DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO Chamamento Público Simplificado nº 001/2026

Arraiá da Vila de Mairiporã 2026

Aos quatorze dias do mês de julho de 2026, reuniram-se os servidores públicos nomeados pelo Secretário Municipal de Cultura para compor a Comissão de Avaliação do Chamamento Público Simplificado nº 001/2026, conforme previsto no edital, com a finalidade de analisar as inscrições recebidas e selecionar as entidades aptas para participação no evento Arraiá da Vila de Mairiporã 2026 – 5ª edição.

Compõem a Comissão de Avaliação:

A Comissão analisou as inscrições apresentadas, bem como os documentos e informações encaminhados por meio do formulário oficial, observando as condições de participação, vedações, critérios de seleção e demais regras previstas no Chamamento Público Simplificado nº 001/2026.

Após análise, e por atenderem aos critérios previstos no edital e apresentarem propostas compatíveis com a organização, finalidade e capacidade operacional do evento, a Comissão deliberou pela seleção das seguintes entidades:

- Associação de Pais e Mestres - APM da Escola Municipal Ramira Felix da Silva
- Corporação Musical Nossa Senhora do Desterro
- A.R.L.S. Estrela da Aldeia 3711
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mairiporã
- Casa de Caridade Oxalá e Iemanjá
- Bola de Neve Mairiporã
- Associação Missionária Maria Sophia
- Associação Beija Flor

- Associação Bola da Vez Mairiporã
- Núcleo de Estudos Espírita Emmanuel
- Associação de Moradores do Parque Náutico e Jardim Neri
- Associação Cultural e Esportiva DOSHI-KAI de Mairiporã
- Causa Animal Mairiporã
- Associação Centro Comunitário Mara Siaulys
- Mitra Diocesana de Bragança Paulista – Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes de Mairiporã

A participação das entidades selecionadas fica condicionada ao cumprimento das etapas posteriores previstas no edital, incluindo assinatura do instrumento do Termo de Compromisso, participação nas reuniões de alinhamento e orientação, observância das regras operacionais e atendimento às determinações da Secretaria Municipal de Cultura. A Comissão determina o encaminhamento da presente Ata para publicação na Plataforma da Cultura de Mairiporã e Imprensa Oficial do Município.

Nada mais havendo a tratar, a presente Ata segue assinada pelos membros da Comissão de Avaliação.

Mairiporã, ____ de _____ de 2026

Renata Monier
Matrícula 092383

Juarez Marcelino Correa
Matrícula 92250

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

Departamento de Aprovação e Fiscalização de Obras

Notificações conforme prevê o código de obras (artigo 39)

1. Sr. GRICÉRIO MOREIRA DO NASCIMENTO NETO, responsável pelo imóvel situado na rua Treze, nº120 – Vem Viver, sob a inscrição cadastral: 07.20.13.40, a comparecer no departamento de fiscalização de obras para tratar assuntos do seu interesse, referente ao processo nº 11607/2026, o mesmo não foi localizado através do endereço cadastrado.

2. Sr. JONATHAN DE AZEVEDO SANTOS, responsável pelo imóvel situado na rua Cinco, nº46 – Vem Viver, sob a inscrição cadastral: 07.20.04.06, a comparecer no departamento de fiscalização de obras para tratar assuntos do seu interesse, referente ao processo nº 19212/2022, o mesmo não foi localizado através do endereço cadastrado.

3. Sra. AMANDA BUENO CAMARGO, responsável pelo imóvel situado na rua Dezesseis, s/n – Vem Viver, sob a inscrição cadastral: 07.20.12.40, a comparecer no departamento de fiscalização de obras para tratar assuntos do seu interesse, referente ao processo nº 11609/2026, o mesmo não foi localizado através do endereço cadastrado.

Sem mais, nos colocamos a inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Mairiporã, 13 de julho de 2026

Eduardo de Souza Martins
Secretário de Obras e Planejamento

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.515, DE 06 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2027.

O **PREFEITO DE MAIRIPORÃ**, Senhor **WALID ALI HAMID**, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Disposições preliminares

Art. 1º Esta lei estabelece, nos termos do § 2º do art. 165 da Constituição federal, as diretrizes e orientações para elaboração e execução da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Além das normas a que se refere o caput, esta Lei dispõe sobre a autorização para aumento das despesas com pessoal de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição, e sobre as exigências contidas na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Metas e prioridades da Administração Municipal

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2027 são as especificadas no Anexo

E
X
P
E
D
I
E
N
T
E

A Imprensa Oficial Eletrônica do Município de Mairiporã (Lei nº 4.401/2025) é uma publicação da Prefeitura Municipal de Mairiporã, produzida pelo Departamento de Comunicação. Edição semanal podendo haver edições extras. Acesse em <http://mairipora.sp.gov.br/imprensa-oficial/>. Diagramação e editoração: Renan da Rocha Pesciotta. Jornalista responsável: Renan da Rocha Pesciotta - MTB: 97.828/SP.

E-mail: imprensa@mairipora.sp.gov.br

Telefone: (11) 4604-0974



Prefeitura Municipal de Mairiporã

de Metas e Prioridades, integrante desta lei, as quais têm precedência na alocação de recursos na lei orçamentária, não se constituindo em limite à programação da despesa.
Parágrafo único. As metas e prioridades de que trata este artigo considerar-se-ão modificadas por leis posteriores, inclusive pela lei orçamentária, e pelos créditos adicionais abertos pelo Poder Executivo.

Metas fiscais

Art. 3º As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2027 são as estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, integrante desta lei, desdobrado em:
Tabela 1 - Metas Anuais;
Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
Tabela 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;
Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
Tabela 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
Tabela 6.1 - Projeção Atuarial do RPPS – Fundo em Capitalização;
Tabela 6.2 – Projeção Atuarial do RPPS – Fundo em Repartição (Financeiro);
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ 1º A lei orçamentária para 2027 poderá conter anexos revisados e atualizados, no todo ou em parte, das tabelas de resultados fiscais de que trata este artigo.
§ 2º O anexo da Lei Orçamentária Anual de que trata o inciso I do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será elaborado contemplando as eventuais alterações previstas no § 1º deste artigo.

Riscos fiscais

Art. 4º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo de Riscos Fiscais, integrante desta Lei, detalhado no Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, no qual são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.
Parágrafo único. Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

Reserva de contingência

Art. 5º A Lei Orçamentária contera reserva de contingência para atender a possíveis passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
§ 1º A reserva de contingência será fixada em no máximo cinco por cento da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.
§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência não precisará ser utilizada, no todo ou em parte, para sua finalidade, o saldo poderá ser destinado à abertura de créditos adicionais para outros fins.

Equilíbrio das contas públicas

Art. 6º Na elaboração da Lei Orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2027.

Programação financeira, cronograma mensal de desembolso, metas bimestrais de arrecadação e limitação de empenho

Art. 7º Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas com a previsão de ingresso das receitas.
§ 1º Integrarão essa programação as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da Administração Indireta e destes para o tesouro municipal.
§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira, devendo ocorrer na forma de duodécimos, a serem pagos até o dia vinte de cada mês.

Art. 8º No prazo previsto no caput do art. 7º, o Poder Executivo e suas entidades da Administração Indireta estabelecerão as metas bimestrais de arrecadação das receitas estimadas, com a especificação, em separado, quando pertinente, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários e não tributários passíveis de cobrança administrativa.
§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, a Câmara Municipal, a Prefeitura e as entidades da Administração Indireta determinarão, de maneira proporcional, a redução verificada e de acordo com a participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias vigentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.
§ 2º O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, para as providências deste, o correspondente montante que lhe caberá na limitação de empenho e na movimentação financeira, acompanhado da devida memória de cálculo.
§ 3º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social.
§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais.
§ 5º Também não serão objeto de limitação e movimentação financeira, desde que a frustração de arrecadação de receitas verificada não as afete diretamente, as dotações destinadas ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.
§ 6º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Fe-

deral nº 101, de 2000.
§ 7º Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais impositivas eventualmente aprovadas na Lei Orçamentária anual.
§ 8º Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.
§ 9º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Despesas com pessoal

Art. 9º Desde que respeitados os limites e as vedações previstos no art. 20 e no art. 22, bem como no parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:
I - concessão de vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras; e
II - admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.
§ 1º Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer, se houver:
I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
II - lei específica para as hipóteses previstas no inciso I do caput; e
III - no caso do Poder Legislativo, observância aos limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição federal.
§ 2º Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a contratação de horas extras fica vedada, salvo:
I – no caso do disposto no § 6º do inciso II do art. 57 da Constituição federal;
II – nas situações de emergências e de calamidade pública;
III - para atender às demandas inadiáveis da atenção básica da saúde pública;
IV – para manutenção das atividades mínimas das instituições de ensino; e
V - nas demais situações de relevante interesse público, devida e expressamente autorizadas pelo respectivo chefe do poder.

Novos projetos

Art. 10. A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.
§ 1º A regra constante do caput aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.
§ 2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os respectivos cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

Estudo de impacto orçamentário e financeiro

Art. 11. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, consideram-se irrelevantes as despesas com aquisição de bens ou de serviços e com a realização de obras e serviços de engenharia, até os valores de dispensa de licitação estabelecidos, respectivamente, nos incisos I e II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observadas as atualizações determinadas pelo Governo Federal com base no art. 182 da referida Lei.

Controle de custos

Art. 12. Para atender ao disposto na alínea “e” do inciso I do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurar os custos e avaliar os resultados das ações e dos programas estabelecidos e financiados com recursos dos orçamentos.
Parágrafo único. Os custos apurados e os resultados dos programas financiados pelo orçamento serão apresentados em quadros anuais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo.

Transferência de recursos a pessoas físicas e a pessoas jurídicas de direito público e privado

Art. 13. Observadas as normas estabelecidas pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na Lei Orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, as necessidades de pessoas físicas, desde que em atendimento à recomendação expressa de unidade competente da Administração.
Parágrafo único. De igual forma ao disposto no caput deste artigo, tendo em vista o relevante interesse público envolvido e de acordo com o estabelecido em lei, poderão ser destinados recursos para a cobertura de déficit de pessoa jurídica.

Art. 14. Será permitida a transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas as seguintes exigências e condições, dentre outras porventura existentes, especialmente as contidas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo:
I – apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;
II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;
III – justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;
IV – em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na Lei Orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
V – vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada; e
VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento,



Prefeitura Municipal de Mairiporã

constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;
§ 1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.
§ 2º As contribuições somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o § 1º deste artigo.
§ 3º A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos, desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.

Art. 15. As transferências financeiras a outras entidades da Administração Pública Municipal serão destinadas ao atendimento de despesas decorrentes da execução orçamentária, na hipótese de insuficiência de recursos próprios para sua realização.
Parágrafo único. Os repasses previstos no caput serão efetuados em valores decorrentes da própria Lei Orçamentária anual e da abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, autorizados em lei, e dos créditos adicionais extraordinários.

Art. 16. As disposições dos arts. 13 e 14 desta Lei serão observadas sem prejuízo do cumprimento das demais normas da legislação federal vigente, em particular da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, quando aplicáveis aos municípios.
Parágrafo único. Nos termos do inciso II do art. 45, II da Lei Federal nº 13.019, de 2014, somente será autorizado o pagamento de servidores públicos com recursos vinculados a parcerias, se estiverem regularmente formalizadas e nas hipóteses previstas em lei municipal específica.

Art. 17. Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de competência de outros entes da Federação, se estiverem firmados os respectivos convênios, ajustes ou congêneres; se houver recursos orçamentários e financeiros disponíveis e autorização legislativa, dispensada esta, no caso de competências concorrentes com outros municípios, com o Estado e com a União.

Alterações na legislação tributária e da renúncia de receitas

Art. 18. Nas receitas previstas na lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária, inclusive quando se tratar de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

Art. 19. O Poder Executivo poderá enviar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:
I - instituição ou alteração da Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas;
II – instituição ou alteração da Contribuição para o Custeio, a Expansão e a Melhoria do Serviço da Iluminação Pública e de Sistemas de Monitoramento para Segurança e Preservação de Logradouros Públicos;
III - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;
IV - modificação nas legislações do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, do Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e mais justa; e
V - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos municipais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Município e dos contribuintes.

Art. 20. A concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita só serão promovidas se observadas as exigências do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, devendo os respectivos projetos de lei ser acompanhados dos documentos ou informações que comprovem o atendimento ao disposto no caput do referido dispositivo, bem como do seu inciso I ou II.
Parágrafo único. Na hipótese de concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, cujo beneficiário seja pessoa jurídica, deverão ser observadas as normas contidas no art. 14-A da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Disposições finais

Art. 21. Com fundamento no § 8º do art. 165 da Constituição federal, no § 8º do art. 174 da Constituição do Estado de São Paulo e nos arts. 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a Lei Orçamentária de 2027 conterà autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos suplementares e estabelecerá as condições e os limites a serem observados.

Art. 22. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2027 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.
Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2027 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional e do programa de gestão, manutenção e serviço ao Município ao novo órgão.

Art. 23. As proposições legislativas e as emendas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do Município deverão estar acompanhadas de estimativas desses impactos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, conforme dispõe o art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.
§ 1º Na hipótese de criação ou ampliação de ações governamentais, as proposições ou emendas deverão demonstrar:
I - sua compatibilidade com o Plano Plurianual e a respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

II – que não serão ultrapassados os limites legais sobre gastos com pessoal.
§ 2º No caso de emendas que importem redução total ou parcial de dotações propostas no projeto de Lei Orçamentária, a demonstração de que trata o caput também deverá:
I – deixar evidente que normas superiores sobre vinculações de receitas, constitucionais e legais, não deixarão de ser observadas; e
II – que a prestação de serviços obrigatórios pelo Município e o pagamento de encargos legais não serão inviabilizados.
§ 3º O somatório dos valores das emendas parlamentares individuais de caráter impositivo que vierem a ser aprovadas na Lei Orçamentária não poderá exceder o limite expressamente determinado pelo § 6º do art. 175 da Constituição do Estado de São Paulo.
§ 4º Em face do disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, e uma vez publicada a Lei Orçamentária para 2027 e identificada pelo chefe do Executivo a existência de impedimentos de ordem técnica em relação às emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, serão adotadas as seguintes medidas, com o objetivo de solucionar essas pendências:
I – nos primeiros quarenta e cinco dias após a publicação da Lei Orçamentária, o prefeito indicará e especificará à Câmara Municipal os impedimentos de ordem técnica identificados;
II – a Câmara Municipal decidirá, por meio da Mesa Diretora e consultados os autores das emendas, se fará mudanças no seu conteúdo e encaminhará ao Executivo, no prazo de trinta dias do recebimento da comunicação, proposta para sanar os impedimentos apontados, ou, se entender que estes são descabidos, deverá abster-se dessa providência; e
III – recebidas as propostas, o Prefeito deverá, no prazo de quinze dias úteis, apresentar à Câmara Municipal projeto de lei propondo as modificações solicitadas pelo Legislativo, ou, se entender serem ilegais ou descabidas as modificações, recusará as propostas e apresentará as respectivas fundamentações de ordem técnica e/ou jurídica.
§ 5º Se as medidas estabelecidas no § 4º se revelarem infrutíferas, ficará a cargo do Executivo avaliar se os impedimentos de ordem técnica comportam solução por meio dos mecanismos legais que regem os orçamentos públicos e, se julgar inviável essa opção, aplicar-se-á o disposto no § 6º.
§ 6º Esgotadas, sem sucesso, as possibilidades de que tratam os §§ 4º e 5º, as emendas parlamentares individuais aprovadas perderão, automaticamente, o caráter obrigatório de execução, na forma determinada pelo § 13 do art. 166 da Constituição, podendo seus recursos ser utilizados para cobertura de créditos adicionais autorizados na Lei Orçamentária ou em lei específica.

Art. 24. Os créditos consignados na Lei Orçamentária de 2027 originários de emendas individuais apresentadas pelos vereadores serão utilizados pelo Poder Executivo de modo a atender a meta física do referido projeto ou atividade, independentemente de serem utilizados integralmente os recursos financeiros correspondentes a cada emenda.
Parágrafo único. No caso das emendas de que trata o caput deste artigo e na hipótese de ser exigida, nos termos da Constituição e da legislação infraconstitucional, autorização legislativa específica, sua execução somente poderá ocorrer mediante a existência do diploma legal competente.

Art. 25. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo, para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 26. A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 30 de agosto de 2026.
§ 1º O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no caput, os estudos e as estimativas das receitas para os exercícios de 2026 e 2027, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.
§ 2º Os créditos adicionais lastreados apenas em anulação de dotações do Legislativo serão abertos pelo Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de três dias úteis, contado da solicitação daquele poder.

Art. 27. Não sendo encaminhado o autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária anual até a data de início do exercício de 2027, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, na base de um doze avos em cada mês, observado na execução, individualmente, o limite de cada dotação proposta.
§ 1º Enquanto perdurar a situação descrita no caput, a parcela de cada duodécimo não utilizada em cada mês será somada ao valor dos duodécimos posteriores.
§ 2º Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária, a utilização dos recursos autorizada neste artigo.
§ 3º Na execução das despesas liberadas na forma deste artigo, o ordenador de despesa deverá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2027 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.
§ 4º Os saldos negativos eventualmente apurados em virtude de emendas redutivas ou supressivas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária no Poder Legislativo, bem como pela aplicação do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados, excepcionalmente, por créditos adicionais suplementares ou especiais do Poder Executivo, cuja abertura fica, desde já, autorizada, logo após a publicação da Lei Orçamentária.
§ 5º Ocorrendo a hipótese deste artigo, as providências de que tratam os arts. 7º e 8º serão efetivadas até o dia 31 de janeiro de 2027.

Art. 28. O Poder Executivo providenciará o envio, exclusivamente em meio eletrônico, à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado, em até trinta dias após a promulgação da Lei Orçamentária de 2027, demonstrativos com informações complementares detalhando a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por órgão, unidade orçamentária, programa de trabalho e elemento de despesa.

Art. 29. Para efeito de comprovação dos limites constitucionais nas áreas de educação e da saúde, serão consideradas as despesas inscritas em restos a pagar em 2027 que forem pagas até 31 de dezembro do ano subsequente.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



Ano XX- Edição **1581**
Quarta-feira, 15 de julho de 2026

Prefeitura Municipal de Mairiporã

ATOS OFICIAIS

8

Imprensa Oficial Eletrônica
do Município de Mairiporã

CW-01270	MUNICÍPIO DE MAIRIPORÁ	CUBAN
	ELABORADO DA LDO-2027	
METAS E PRIORIDADES PARA 2027		
Programa : 7005 MAIRIPORÁ EFICIENTE		
Objetivo : Aprimorar a gestão administrativa e de recursos humanos no âmbito municipal, promovendo a modernização dos processos (processos, a capacitação contínua dos servidores públicos e a eficiência na utilização dos recursos humanos, visando a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados a população e o desenvolvimento institucional, mantendo, além de melhores a eficiência tecnológica por meio de processos e procedimentos digitais.		
Orçamento Resolvidor Principal : 02.04.00 SECR. MUNICIPAL DE ADM. RH E MODERNIZAÇÃO		
Indicador : Unidade de Medida	Índice mais recente	Índice Futuro 2027
CÍCLICO EVOLUCIONAIS DOS SERVIDORES	QUANTIDADE	2
BENEFÍCIOS RETENÇÃO	QUANTIDADE	2.500
SERVIDORES CAPACITADOS	QUANTIDADE	400
SERVIDORES ATENDIDOS PELA MEDICINA E SAÚDE DO TRABALHO	QUANTIDADE	575
UNIDADES MANTIDAS	UNIDADE	4
PUBLICAÇÕES OFICIAIS REALIZADAS	QUANTIDADE	420
RETRATIMOS CONTRATADOS	QUANTIDADE	50
PROCESSOS FISCALIS DIGITALIZADOS/ANO	QUANTIDADE	1.500
Valores Expressos em R\$ milhares médios / 2026		
Anos	Valores 2027	
	Deep Correntes Deep de Capital	Total
2024 UNIDADES DE ACOLHIMENTO	UNIDADE	4
2024 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	UNIDADE	3
2027 APOIO AO RETRATO	QUANTIDADE	50
2025 ATOS DE GOVERNO	QUANTIDADE	500
2025 SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO - SST	QUANTIDADE	575
2026 PUBLICIDADE LEGAL	QUANTIDADE	441
2027 CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES	PERCENTUAL	97
2113 CIDADÃES INTELIGENTES	PERCENTUAL	49
Total do Programa		
	26.509	474
26.983		

CM-13790



CM-13790

MUNICÍPIO DE MAIRIPORA

ELABORACAO DA LDO-2027

METAS E PRIORIDADES PARA 2027

CUBAN

Programa : 7004

MAIRIPORA LEGAL

Objetivo :

Assegurar a legalidade, a efetividade e a eficiencia dos atos da administracao publica municipal, por meio da representacao judicial e extrajudicial do Municipio,der orientacoes e assessoramento juridico aos orgaos da Prefeitura, promovendo a defesa do interesse publico e a reducao de litigiosidade.

Orgao Responsavel Principal : 02.05.00

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICIPIO

Indicador :	Unidade de Medida	Indice mais Recente	Indice Futuro 2027
UNIDADES MANTIDAS	UNIDADE	3	3
TAXA DE RETORNO DE CÍDAS EVIDÊNCIAS	PERCENTUAL	20	22

Valores Expressos em R\$ milhares medios / 2026

Anos	PC Sub	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Valores 2027					
				Meta Fisica	Desp Correntes	Desp de Capital			
						Total			
2024	ORÇAMENTO DE ACADANTAMENTOS	04 122	PROCURADORIA	ACADANTAMENTOS	UNIDADE	2	2	0	2
2024	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	04 124	PROCURADORIA	DEPARTAMENTO/UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	3	7.944	25	7.969
Total do Programa							7.947	25	7.972

CM-31250	MUNICÍPIO DE MAIRIPORA	CUBAN
ELABORADO EM LDO-2023		
METAS E PRIORIDADES PARA 2023		
Programa :	8001 MAIRIPORA EM ALERTA: PREVENÇÃO E RESPOSTA	
Objetivo :	Fortalecer a capacidade de prevenção, preparação e resposta da Defesa Civil de Mairipora frente aos riscos de deslizamentos e outros desastres naturais, promovendo ações de educação comunitária, capacitação técnica e investimentos em infraestrutura e equipamentos, com foco na proteção da vida, do meio ambiente e do patrimônio público e privado.	
Órgão Responsável Principal : 02.01.00 GABINETE DO PREFEITO		
Indicador :	Unidade de Medida	Índice Meta 2023
ACRES NAS AREAS DE RISCO "R1" e "R4"	QUANTIDADE	24
EVENTOS REALIZADOS PELA DEFESA CIVIL	QUANTIDADE	8
Valores Expressos em R\$ milhões reais em 2024		
Atos	FC Sub Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida Meta Física Deep Correntes Deep de Capital Total
2046 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	06 182 DEFESA CIVIL	DEPARTAMENTO/UNIDADE MANTIDA UNIDADE
2047 INTERVENÇÃO NA INFRAESTRUTURA EM ÁREAS DE RISCO	06 182 DEFESA CIVIL	ACRES NAS ÁREAS DE RISCO "R1" e "R4" QUANTIDADE
2048 CRIAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁREAS DE RISCO	06 182 DEFESA CIVIL	ACRES NAS ÁREAS DE RISCO "R1" e "R4" QUANTIDADE
2049 VISITAS TÉCNICAS PREVENTIVAS EM MICROBAS E TALUDES	06 182 DEFESA CIVIL	ACRES NAS ÁREAS DE RISCO "R1" e "R4" QUANTIDADE
2070 CRIAÇÃO DE ESCOLAS EM ESCOLAS E COMUNIDADES	06 182 DEFESA CIVIL	EVENTOS REALIZADOS QUANTIDADE
2071 TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES	06 182 DEFESA CIVIL	EVENTOS REALIZADOS QUANTIDADE
		Total do Programa

CM-01270



MUNICÍPIO DE MAIRIPORA

ELABORADO EM LEO-2027

METAS E PRIORIDADES PARA 2027

CONE

Programa : 8001

MAIRIPORA EM ALESTA/PREVENÇÃO E RESPOSTA

Objetivo :

Fortalecer a capacidade de prevenção, preparação e resposta da Defesa Civil de Mairipora frente aos riscos de deslizamentos e outros desastres naturais, promovendo ações de educação comunitária, capacitação técnica e investimentos em infraestrutura e equipamentos, com foco na proteção da vida, d o meio ambiente e do patrimônio público e privado.

Órgão Responsável Principal : 02.01.00

GABINETE DO PREFEITO

Indicador :	Unidade de Medida	Índice Meta Recente	Índice Futuro 2027
ACRES NAS ÁREAS DE RISCO "B1" e "B4"	QUANTIDADE	24	6
EVENTOS REALIZADOS PELA DEFESA CIVIL	QUANTIDADE	8	8

Valores Expressos em R\$ milhares reais em 2026

Atos	Pr Sub	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Física	Valores 2027			
					Deep Correntes	Deep de Capital	Total	
2046 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	04 182	DEFESA CIVIL	DEPARTAMENTO/UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	1	878	30	908
2047 INTERVENÇÃO NA SUBESTRUTURA EM ÁREAS DE RISCO	04 182	DEFESA CIVIL	ACRES NAS ÁREAS DE RISCO "B1" e "B4"	QUANTIDADE	4	130	0	130
2049 FOMENTADO INICIATIVAS DE ÁREAS DE RISCO	04 182	DEFESA CIVIL	ACRES NAS ÁREAS DE RISCO "B1" e "B4"	QUANTIDADE	1	80	0	80
2049 VISITAS TÉCNICAS PREVENTIVAS EM RISCOS E TALLS ES	04 182	DEFESA CIVIL	ACRES NAS ÁREAS DE RISCO "B1" e "B4"	QUANTIDADE	100	80	0	80
2070 CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO EM ESCOLAS E COMUNIDADES	04 182	DEFESA CIVIL	EVENTOS REALIZADOS	QUANTIDADE	5	20	0	20
2071 TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES	04 182	DEFESA CIVIL	EVENTOS REALIZADOS	QUANTIDADE	3	20	0	20
Total do Programa						1.208	30	1.238

IN-SIFIM	IN-217-00	MUNICIPIO DE MAIRIPORA	CODM					
		ELABORACAO DA LDO-2027						
METAS E PRIORIDADES PARA 2027								
Programa : 8002 MURALHA AZUL MAIRIPORA SEGURA								
Objetivo : O programa "Muralha Azul Mairipora Segura" visa ampliar e assegurar o suprimento em Mairipora. Para isso, focara na ao passo do efetivo da GCM, otimizando da capacidade de respo sta, modernizar de recursos e volutades nos servicos, gerando mais protecao a populacao e ao patrimonio publico								
Orgao Responsavel Principal : 02.17.00 SECT. MIN. DE SEGURANCA,TRANS. E MOBILIDADE								
Indicador :	Unidade de Medida	Indice mais recente	Indice Futuro 2027					
REDUCAO DE OCORRENCIAS DE PERTURBACAO DO SOSSOED	QUANTIDADE	1.440	1.166					
TEMPO DE RESPOSTA DE OCORRENCIAS DA LEM MAIRIA DA FENHA	MINUTOS	30	23					
CONATE AO TRATICO DE SOCOS-OPERACOES REALIZADAS	QUANTIDADE	365	365					
REPRESSAO A CRIMES AMBIENTAIS(OPERACOES E AUTOCIONES)	QUANTIDADE	156	169					
Valores Expressos em R\$ milhares reais / 2026								
		Valores 2027						
Acas	Po Rub	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Fisica	Desp Correntes	Desp de Capital	Total	
1016 CONSTRUCAO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA	04.181	SEGURANCA	EVOLUCAO DA OBRA	PERCENTUAL	50	0	500	500
2004 GUSTO DE ADIANTAMENTOS	04.181	SEGURANCA	ADIANTAMENTOS	UNIDADE	2	2	0	2
2006 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	06.161	SEGURANCA	DEPARTAMENTO/UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	1	7.856	50	7.906
2006 MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	04.181	FUNDO DE SDO PUBLICA	DEPARTAMENTO/UNIDADE MANTIDA	UNIDADE	1	20	0	20
2080 FOMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GCM	04.181	SEGURANCA	CAVACIATORES REALIZADAS/ANO	QUANTIDADE	10	250	50	300
2081 ATIVIDADE OBLIGADA	06.161	SEGURANCA	OPERACOES REALIZADAS/ANO	QUANTIDADE	10	90	0	90
2082 ATIVIDADE OBLIGADA	04.181	FUNDO DE SDO PUBLICA	OPERACOES REALIZADAS/ANO	QUANTIDADE	1	10	0	10
2082 MANUTENCAO DO CORPO DE BOMBEIROS	04.181	SEGURANCA	ATENDIMENTOS EFETUADOS	QUANTIDADE	100	250	50	300
2081 REFORMA E CONSERVACAO DE EDIFICIOS	06.161	SEGURANCA	MANUTENCIONES PRECISAS REALIZADAS	QUANTIDADE	5	30	20	50
Total do Programa					8.508	670	8.178	

CM-SUPM

MUNICÍPIO DE MARZOPORA

CODIGO



BLANQUEAO DA LDO-2027

METAS E PRIORIDADES PARA 2027

Programa : 8503 TRANSITO SEGURO

Objetivo :
Aprimorar os servicos de transito municipal por meio de ma manutencao das atividades administrativas e operacionais, orga nizacao continua dos servidores e aplicacao das campanhas educativas, visando maior eficiencia na gestao do transito, sinalizacao, engrenagem viaria e conscientizacao da populacao

Origem Recursal Principal : 02.17.05 RECUR.NOM. DE SEGURANCA,TRANSP.MOBILIDADE

Indicador :	Unidade de Medida	Indice mais Recente	Indice Futuro 2027
REDOCAO DOS ACIDENTES DE TRANSITO	QUANTIDADE	0	0
CAMPAHAS DE EDUCACAO NO TRANSITO	QUANTIDADE	10	12
SINALIZACAO REVITALIZADA/IMPLANTADA	METROS	40.000	44.000

Valores Expressos em R\$ milhares reais / 2024

Valores 2027

Ano	Pr Sub	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Final	Emp Corrente	Dep de Capital	Total		
2024	MANTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	15 452	SEGURANCA	DEPARTAMENTO/UNIDADE MANUTENCAO	UNIDADE	1	9.784	50	9.834
2024	MANTENCAO E FISCALIZACAO DE TRANSITO	15 452	SEGURANCA	REDECAO DOS ACIDENTES DE TRANSITO	PRECATORIAL	5	8.200	50	8.250
2024	PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCACAO DE TRANSITO-PMDET	15 452	SEGURANCA	CAMPAHAS EDUCACIONAIS DE TRANSITO	QUANTIDADE	10	95	50	145
2024	SINALIZACAO VIARIA	15 452	SEGURANCA	SINALIZACAO REVITALIZADA/IMPLANTADA	METROS	40000	2.000	50	2.050
2027	SEGURANCA DE TRAFEGO E TRANSITO	15 452	SEGURANCA	INTERVENCOES DE SEGURANCA DE TRAFEGO E TRANSITO	KILOMETROS	20	95	50	145
Total do Programa						20.089	250	20.339	

IN-012PM	CAMPOGRANDE - RJ	UNIDADE: 0001	UNIDADE: 0001
		MUNICÍPIO DE MAIRIPORA	
		CLARIFICAÇÃO DA LDO-2027	
METAS E PRIORIDADES PARA 2027			
Programa : 8004 MAIRIPORA EM MOVIMENTO			
Objetivo : O programa "Mairipora em movimento" visa ampliar a sensação de segurança e organização em Mairipora. Para isso, focar no estudo e implementação do plano de mobilidade urbana, nas metas do transporte coletivo como na conservação do patrimônio público.			
Órgão Responsável Principal : 02.17.05 SEC. MUN. DE SEGURANÇA, TRANSP. MOBILIDADE			
Indicador : Unidade de Medida		Índice meta Sete	Índice Futuro 2027
NÚMERO DE LINHAS QUANTIDADE		19	19
Valores Expressos em R\$ milhares reais / 2026			
Área		Meta Física	Total
	Pr. Sub. Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Desp Correntes Desp de Capital
1004 PLANO DE MOBILIDADE URBANA	15.450 SEGURANÇA	PLANO DE MOBILIDADE IMPLANTADO	PERMANENCIAL 50 500 0 500
2004 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	15.450 SEGURANÇA	DEPARTAMENTO/UNIDADE MANTIDA	UNIDADE 3 700 00 700
2008 OPERACIONALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE MUNICIPAL	15.450 SEGURANÇA	PASSEIRANTES TRANSPORTADOS	QUANTIDADE 100 24.500 00 24.500
		Total do Programa	27.700 100 27.800

CM-SUPON



MUNICÍPIO DE MARIPORA

ELABORACAO DA LDO-2027

CODIGO

METAS E PRIORIDADES PARA 2027

Programa : 9001 OPERACOES ESPECIAIS

Objetivo :

Gerenciar as obrigacoes financeiras contraidas pela Muni-
cipalidade, como a amortizacao das operacoes de credito, pa-
gamento de juros da divida interest, os compromissos de divi-
das, pagamento de sentencas judiciais, bem como os precatu-
rios judiciais. Ressaltando que da Operacao Especial, nao
resulta um produto ou contraprestacao direta sob a forma de
bens ou servicos.

Orgao Responsavel Principal : 02.06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE

Indicador :	Unidade de Medida	Indice meta Exercicio	Indice Futuro 2027
AMORTIZACAO DA DIVIDA PUBLICA	PERCENTUAL	0	13,94
REQUISITORIOS PAGOS	PERCENTUAL	100	100
MAQU DOCUMENTACAO DE PRECATORIOS PAGO/ANU	UNIDADE	2	2

Valores Expressos em R\$ milhares reais / 2026

Acao	FC	Rub	Orgao Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Ficta	Valores 2027		
						Desp Corrente	Desp de Capital	Total
9001 SERVICOS DA DIVIDA PUBLICA	26	840	SAUDE	PROCESSOS DE PARCELAMENTO E OPERACOES DE CREDITOS QUANTIDADE	6	9.856	10.432	20.488
9002 SENTENCAS JUDICIAIS	26	840	SAUDE	MAQU DE PRECATORIOS PAGO QUANTIDADE	2	3.000	10	3.010
Total do Programa						12.856	10.642	23.498



Prefeitura Municipal de Mairiporã

CM-SIPM		MUNICÍPIO DE MAIRIPORÁ		COMAR	
		ELABORAÇÃO DA LOA-2027			
		METAS E PRIORIDADES PARA 2027			
Programa : 9999 RESERVAS DE CONTINGÊNCIA E RPPS					
Objetivo : Reserva de contingência a ser utilizada como fonte de recurso para cobertura de passivos contingentes. De caso de não utilização, poderá promover a abertura de créditos adicional maior. Atendimento ao disposto no art. 5, inciso III da Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2.000, bem como a identificação da Lei Orçamentária Anual, quando houver. E para atendimento ao Decreto Parlamentar Inquisitivo do Poder Legislativo de Mairiporã.					
Órgão Responsável Principal : 02.04.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA					
Indicador :		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Índice Futuro 2027	
R\$ MENSURÁVEL		R\$ M\$	1	1	
Valores Expressos em R\$ milhares medido / 2026					
Ano	Pc	Sub	Órgão Executor	Produto / Unidade de Medida	Meta Final
Reserva de Contingência					
0001 RESERVA DO RPPS	99	997	FAZENDA	R\$ MENSURÁVEL	R\$ M\$
0002 RESERVA PARA PASSIVOS CONTINGENTES	99	999	FAZENDA	R\$ MENSURÁVEL	R\$ M\$
0003 RESERVA PARA EMENDAS IMPOSITIVAS	99	999	FAZENDA	VERBADES ATENDIDOS	QUANTIDADE
0004 RESERVA PARA SUPLEMENTAÇÕES	99	999	FAZENDA	R\$ MENSURÁVEL	R\$ M\$
Total do Programa					8.940

CM-SIPM



MUNICÍPIO DE MAIRIPORÁ

ELABORAÇÃO DA LOA-2027

COMAR

METAS E PRIORIDADES PARA 2027

RESUMO POR ORÇAO EXECUTORES

Valores Expressos em R\$ milhares medicos / Valor

ORÇAO		A C O R S			
		PROJETOS	ATIVIDADES	OPER. ESP.	TOTAL
02.00.00	PREFEITURA MUNICIPAL	12.989	536.001	23.498	572.488
01.00.00	CAMARA MUNICIPAL DE MAIRIPORÁ	575	22.075	0	22.650
03.00.00	INST.DE PREV.DOS SERV.PUBLICOS DE MAIRIP	4.774	43.000	0	47.774
TOTAL		18.338	601.076	23.498	642.912

TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES :606.140TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL:27.832TOTAL DA RESERVA DE CONTINGENCIA :8.940

PONTE/CM-SIPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE, Data de emissão 15/ABR/2026 e Hora de emissão 14:20

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2027
PARÂMETROS DE REFERÊNCIA

Inflação		
Ano	Variação média anual %	Fator (2026 = 1.0000)
2024	4.37	0.9184024
2025	5.02	0.9645062
2026	3.68	1.0000000
2027	3.97	1.0397000
2028	3.65	1.0776491
2029	3.51	1.1154746

Nota: Índice adotado IPCA/IBGE.

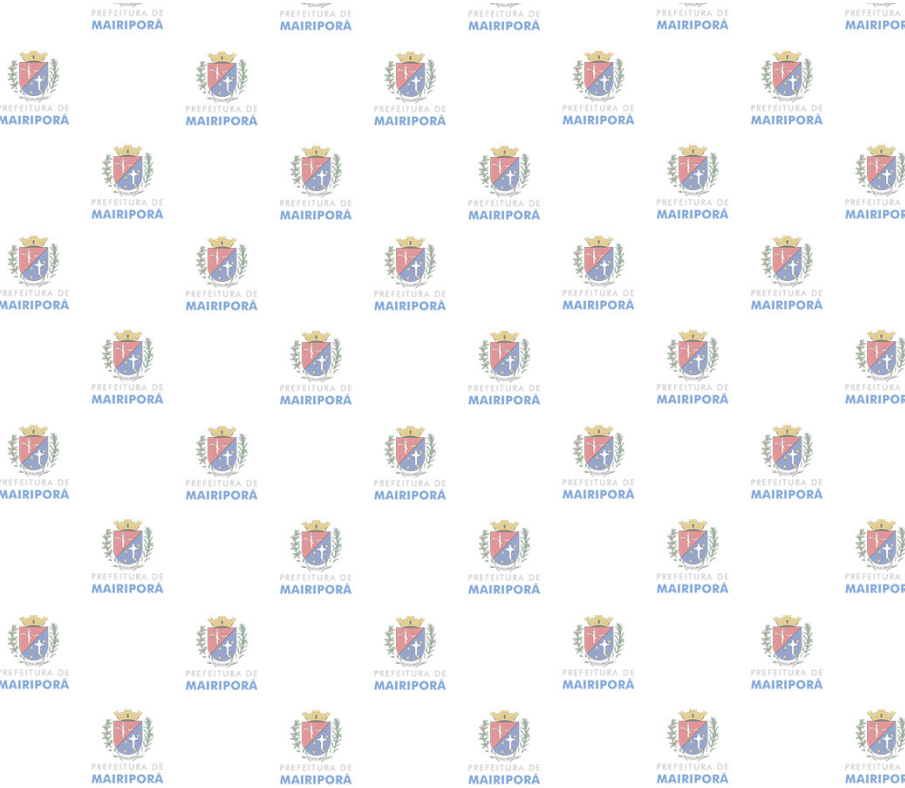
As taxas de inflação de 2024 e 2025 correspondem à variação efetivamente ocorrida entre o índice médio do IPCA do ano em relação ao índice médio do ano anterior. Para 2026 a 2029 empregou-se, na determinação da média anual do IPCA, projeções atuais efetuadas pelo mercado, conforme Boletim Focus do Banco Central do Brasil de 20/03/2026, a partir das quais obteve-se a variação média anual do IPCA projetado.



Município de MAIRIPORÁ
Quadro I
CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS
Ano de 2025 em valores correntes; 2026 a 2029 em valores constantes a preços de 2026
2027
(Atenção: este quadro não inclui as receitas do RPPS, as receitas intraorçamentárias estão incluídas)
LRF, art. 4º, § 2º, inciso II

DISCRIMINAÇÃO	Realizado	Valores constantes - projeção				
	Arrecadado	Estimativa	Estimativa	Estimativa	Estimativa	
	2025	2026	2027	2028	2029	
RECEITAS CORRENTES	504.913	536.052	545.952	556.998	567.197	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	170.308	177.195	182.496	187.688	191.065	
Impostos	136.100	138.998	143.611	148.103	150.768	
Imposto sobre a Prop. Predial e Territ.Urbana	72.182	73.088	76.516	79.799	81.235	
Imposto s/ Transmissão Inter-Vivos Bens Imóveis	11.784	10.243	10.427	10.615	10.806	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	30.716	34.552	35.173	35.807	36.451	
Imposto de Renda Retido na Fonte	21.418	21.115	21.495	21.882	22.276	
Taxas	34.204	38.191	38.879	39.579	40.291	
Pelo Exercício do Poder de Polícia	7.141	7.708	7.847	7.988	8.132	
Pela prestação de serviços	27.063	30.483	31.032	31.591	32.159	
Contribuição de Melhoria	4	6	6	6	6	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.022	11.464	11.670	11.880	12.094	
Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	7.022	11.464	11.670	11.880	12.094	
RECEITA PATRIMONIAL	6.419	7.947	8.089	8.234	8.381	
Receitas Imobiliárias	0	0	0	0	0	
Receitas de Valores Mobiliários	6.372	7.899	8.041	8.186	8.333	
Demais Receitas Patrimoniais	47	48	48	48	48	
Receita agropecuária	0	0	0	0	0	
Receita industrial	0	0	0	0	0	
Receita de serviços	8.023	9.400	9.436	9.473	9.509	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	340.440	363.234	367.936	373.892	380.817	
Transferências da União	148.365	160.313	161.623	164.162	166.779	
Fundo de Participação dos Municípios	103.227	109.768	111.744	113.756	115.803	
Cota-parte do Imposto Territorial Rural	296	184	189	192	196	
Cota-parte do IOF/Ouro	0	0	0	0	0	
Outras Transferências da União	44.842	50.359	49.690	50.214	50.780	
Transferência Financeira - LC 87/96 (Lei Kandir)	0	0	0	0	0	
Transferências do SUS	31.504	36.733	35.733	36.023	36.353	
Transferência do Salário-Educação (FNDE)	5.062	5.405	5.505	5.601	5.702	
Demais Transferências do FNDE	2.772	2.448	2.449	2.449	2.493	
Transferências do FNAS	1.433	1.053	1.053	1.053	1.053	
Demais Transferências da União	4.071	4.923	4.998	5.088	5.179	
Transferências dos Estados	123.474	133.907	136.057	138.209	141.230	
Cota-parte do Imp.s/ Circulação de Merc. e Serv.	69.907	74.169	75.503	76.863	78.246	
Cota-parte do Imp.s/ Veículos Automotores	25.920	28.203	28.710	29.227	29.753	
Cota-parte do Imp.s/ Prod.Industr/Exportações	505	490	499	508	517	
Transferência Financeira da CIDE	98	100	100	100	100	
Demais Transferências dos Estados	27.044	30.945	31.245	31.513	32.614	
Transferências Multigovernamentais do FUNDEF	67.760	69.013	70.255	71.520	72.807	
Transferências de Instituições Privadas	819	1	1	1	1	
Transferências do Exterior	0	0	0	0	0	
Transferências de Pessoas	22	0	0	0	0	
Transferências de Convênios	0	0	0	0	0	
OUTRAS REC. CORRENTES (exceto juros de empréstimos concedidos regimes de previdência social)	20.339	18.763	19.078	19.401	19.731	
Juros de empréstimos concedidos	0	0	0	0	0	
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	47.638	51.651	52.581	53.527	54.491	
RECEITAS DE CAPITAL	39.201	29.271	29.797	30.334	30.879	
Operações de crédito	0	0	0	0	0	
ALIENAÇÃO DE BENS	0	0	0	0	0	
Alienação de Bens Móveis	0	0	0	0	0	
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0	0	0	
Receita de Privatizações	0	0	0	0	0	
Amortização de empréstimos	0	0	0	0	0	
Transferências de capital	38.033	28.471	28.983	29.505	30.036	
Outras receitas de capital	1.168	800	814	829	843	
Total geral das receitas	544.114	565.323	575.749	587.332	598.076	
DEDUÇÃO DE RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	0	0	0	0	0	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	504.913	536.052	545.952	556.998	567.197	
REC. CORR. LÍQUIDA - PREVISTA NA LOA 2025	0					

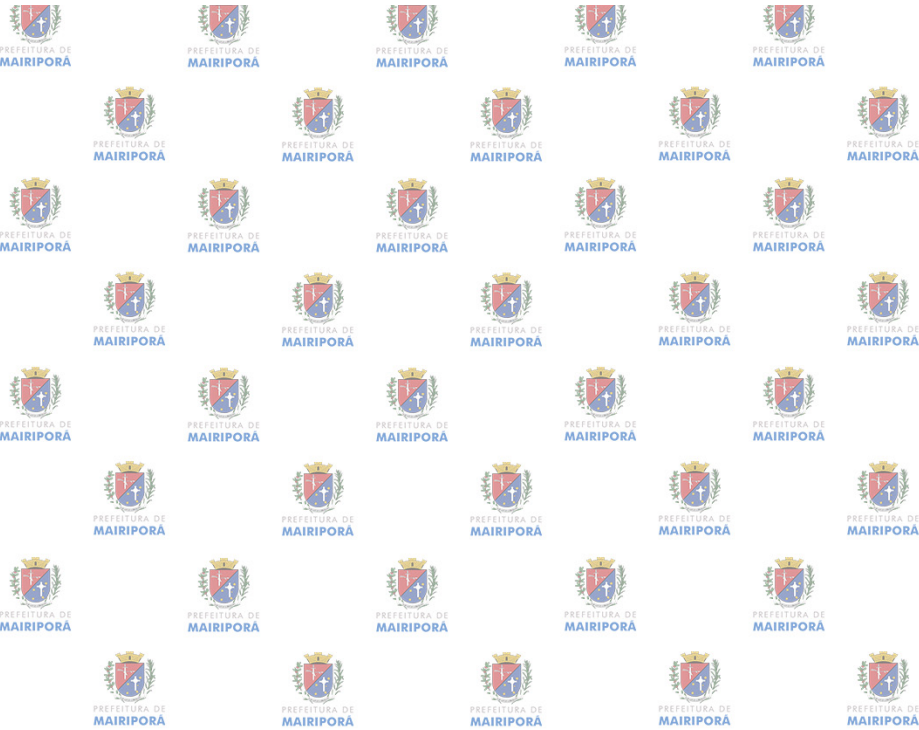
*PONTE: CN - SIPM - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais, Unidade responsável - CONTABILIDADE
MDO Receita - Comar LRF - www.comar.com.br





Prefeitura Municipal de Mairiporã

Município de MAIRIPORA	
Quadro I	
CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS	
Ano de 2025 em valores correntes; 2026 a 2029 em valores constantes a preços de 2026	
2027	
LRF, art. 4º, § 2º, inciso II	
MIDO Receita - Conam LTDA - www.conam.com.br	
Fonte e Notas Explicativas	
Prefeitura Municipal de Mairiporã: Metodologia e Memória de Cálculo das Projeções de Receitas LDO 2027	
1 - O valor demonstrado na coluna ARRECADAÇÃO 2025 foi extraído do Balancete Analítico da Receita Orçamentária do exercício de 2025, do Sistema Contábil SFPM-CONAM;	
2 - O valor demonstrado na coluna Reestimativa 2026 demonstra a expectativa de arrecadação para o exercício vigente, tendo por base os dados do 1º bimestre do exercício;	
3 - IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - Para a projeção do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano para os exercícios de 2027, 2028 e 2029 considerou-se a expectativa de arrecadação com base no 1º bimestre de 2026 acrescida da projeção de crescimento do PIB de 1,80% para 2027, 2028 e 2029 e um crescimento vegetativo em 2027 de 3,5% e 2028 - 3,0% por conta da aplicação de uma nova planta genérica de valores. Ressaltando que foram considerados os acessórios como multa e juros e os valores referentes a dívida ativa do IPTU com crescimento de 1,8% do PIB. 2027 - R\$ 73.088.000,00*5,3% = R\$ 76.516.000,00 2028 - R\$ 76.516.000,00*4,8% = R\$ 79.799.000,00 2029 - R\$ 79.799.000,00*1,8% = R\$ 81.235.000,00	
4 - ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - Para a projeção do ITBI considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029. Ressaltando que foram considerados os acessórios como multa e juros. 2027 - R\$ 10.243.000,00*1,8% = R\$ 10.427.000,00 2028 - R\$ 10.427.000,00*1,8% = R\$ 10.615.000,00 2029 - R\$ 10.615.000,00*1,8% = R\$ 10.806.000,00	
5 - ISS - Imposto Sobre Serviços - Para a projeção do ISS considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029. Ressaltando que foram considerados os acessórios como multa e juros e os valores referentes a dívida ativa do ISS. 2027 - R\$ 34.552.000,00*1,8% = R\$ 35.173.000,00 2028 - R\$ 35.173.000,00*1,8% = R\$ 35.807.000,00 2029 - R\$ 35.807.000,00*1,8% = R\$ 36.451.000,00	
6 - IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - Para a projeção do IRRF considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando um 1,80% para 2027, 2028 e 2029, conforme crescimento do PIB. 2027 - R\$ 21.115.000,00*1,8% = R\$ 21.495.000,00 2028 - R\$ 21.495.000,00*1,8% = R\$ 21.882.000,00 2029 - R\$ 21.882.000,00*1,8% = R\$ 22.276.000,00	
7 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA - Para o cálculo dos recursos integrantes do grupo TAXAS DO PODER DE POLÍCIA juntamente com os acessórios, aplicou-se o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029. 2027 - R\$ 7.708.000,00*1,8% = R\$ 7.847.000,00 2028 - R\$ 7.847.000,00*1,8% = R\$ 7.988.000,00 2029 - R\$ 7.988.000,00*1,8% = R\$ 8.132.000,00	
8 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Para a projeção das taxas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029. Ressaltando que foram considerados os acessórios como multa e juros e os valores referentes a dívida ativa de taxas de prestação de serviços. 2027 - R\$ 30.483.000,00*1,8% = R\$ 31.032.000,00 2028 - R\$ 31.032.000,00*1,8% = R\$ 31.591.000,00 2029 - R\$ 31.591.000,00*1,8% = R\$ 32.159.000,00	
9 - RECEITA PATRIMONIAL - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Para a projeção das aplicações financeiras para o triênio 2027 a 2029, considerou-se o volume de rendimento esperado para o exercício de 2026 aplicando-se os aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029. 2027 - R\$ 7.899.000,00*1,8% = R\$ 8.041.000,00 2028 - R\$ 8.041.000,00*1,8% = R\$ 8.186.000,00 2029 - R\$ 8.186.000,00*1,8% = R\$ 8.333.000,00	
10 - Receita de Serviços - Para a projeção das receitas de serviços que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029. 2027 - R\$ 9.100.000,00*1,8% = R\$ 9.264.000,00 2028 - R\$ 9.264.000,00*1,8% = R\$ 9.430.000,00 2029 - R\$ 9.430.000,00*1,8% = R\$ 9.600.000,00	
11 - FPM - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM PRINCIPAL E COTAS ADICIONAIS - Para a projeção dos valores referentes do FPM e suas cotas extraordinárias, considerou-se um crescimento singelo tendo em vista que o Município de Mairiporã teve redução de sua população conforme Último Censo do IBGE, sendo assim, essa arrecadação será influenciada pelo fator de redução que dispõe a Lei Complementar Federal nº 198/2023 no triênio 2027-2029. Considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029. 2027 - R\$ 109.768.000,00*1,8% = R\$ 111.744.000,00 2028 - R\$ 111.744.000,00*1,8% = R\$ 113.756.000,00 2029 - R\$ 113.756.000,00*1,8% = R\$ 115.803.000,00	
12 - ITR - Para a projeção das taxas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando considerando que o Município firmou convenio com a Receita Federal para fiscalização do ITR, com isso 100% da arrecadação passa a ser do Município. Consideramos o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029. 2027 - R\$ 186.000,00*1,8% = R\$ 189.000,00 2028 - R\$ 189.000,00*1,8% = R\$ 192.000,00 2029 - R\$ 192.000,00*1,8% = R\$ 196.000,00	



Município de MAIRIPORA	
Quadro I	
CÁLCULO DAS RECEITAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS	
Ano de 2025 em valores correntes; 2026 a 2029 em valores constantes a preços de 2026	
2027	
LRF, art. 4º, § 2º, inciso II	
R\$ milhares	
13 - Outras Transferências da União	
- Transferências do SUS - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente e os valores dos tetos de incremento PAP E MAC do Município. Para 2027 os valores não foram alterados, consideramos um crescimento do PIB esperado para os anos de 2028 e 2029 no percentual de 1,80%.	
2027-	R\$ 36.732.000,00*0,0% = R\$ 35.732.000,00
2028-	R\$ 35.732.000,00*1,8% = R\$ 36.023.000,00
2029-	R\$ 36.023.000,00*1,8% = R\$ 36.353.000,00
- Transferências do Salário Educação (FNDE) - Para a projeção dessa receita foi considerada a nova estimativa de arrecadação para 2026 e colocamos uma projeção de crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 5.405.000,00*1,8% = R\$ 5.502.000,00
2028-	R\$ 5.502.000,00*1,8% = R\$ 5.601.000,00
2029-	R\$ 5.601.000,00*1,8% = R\$ 5.702.000,00
- Demais Transferências do FNDE - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 2.248.000,00*1,8% = R\$ 2.405.000,00
2028-	R\$ 2.405.000,00*1,8% = R\$ 2.449.000,00
2029-	R\$ 2.449.000,00*1,8% = R\$ 2.493.000,00
- Transferências do FNAS - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício, sem previsão de crescimento.	
2027-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
2028-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
2029-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
- Demais Transferências da União - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 4.921.000,00*1,8% = R\$ 4.998.000,00
2028-	R\$ 4.998.000,00*1,8% = R\$ 5.088.000,00
2029-	R\$ 5.088.000,00*1,8% = R\$ 5.179.000,00
14 - ICMS- Para a projeção dos valores referentes ao ICMS, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 74.169.000,00*1,8% = R\$ 75.503.000,00
2028-	R\$ 75.503.000,00*1,8% = R\$ 76.863.000,00
2029-	R\$ 76.863.000,00*1,8% = R\$ 78.246.000,00
15 - IPVA - Para a projeção dos valores referentes ao IPVA, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,8 para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 28.203.000,00*1,8% = R\$ 28.710.000,00
2028-	R\$ 28.710.000,00*1,8% = R\$ 29.227.000,00
2029-	R\$ 29.227.000,00*1,8% = R\$ 29.753.000,00
16 - IPI - Para a projeção dos valores referentes ao IPVA, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 490.000,00*1,8% = R\$ 499.000,00
2028-	R\$ 499.000,00*1,8% = R\$ 508.000,00
2029-	R\$ 508.000,00*1,8% = R\$ 517.000,00
17 - FUNDEB - Para a projeção dos recursos do FUNDEB, considerou-se informações da Portaria FNDE Interministerial nº 14/2025 que estabeleceu a projeção de repasse para 2026 de R\$ R\$ 69.013.535,11 acrescida das projeções do PIB Brasil para o triênio sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 69.013.000,00*1,8% = R\$ 70.225.000,00
2028-	R\$ 70.225.000,00*1,8% = R\$ 71.520.000,00
2029-	R\$ 71.520.000,00*1,8% = R\$ 72.807.000,00
18 -Outras Receitas Correntes - Para a projeção dos valores referentes a esse grupo de receitas, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80%.	
2027-	R\$ 18.763.000,00*1,8% = R\$ 19.078.000,00
2028-	R\$ 19.078.000,00*1,8% = R\$ 19.401.000,00
2029-	R\$ 19.401.000,00*1,8% = R\$ 19.731.000,00
19 - Deduções da Receita Corrente - Para a projeção das receitas dedutórias para a formação do FUNDEB, considerou-se 20% de contribuição para a formação do fundo sobre a previsão do FPM, ITR, ICMS, IPVA E IPI EXPORTAÇÃO. Para as outras deduções das receitas considerou-se a projeção do PIB de 1,80% para o triênio.	
20 - Transferências de Capital - Para a projeção de recursos oriundos de Transferências de Capital fizemos uma estimativa com base na série histórica.	
21 - Outras Transferências de Capital - Projeção de recebimento de recursos provenientes do contrato de concessão da SABESP que devem ser repassados ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. O repasse seria de 4% do Faturamento da Concessionária. Estimamos R\$ 200.000,00 por trimestre atualizados pela estimativa de crescimento do PIB para o triênio.	
Município de MAIRIPORA	
Quadro II	
CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS	
Ano de 2025 em valores correntes; 2026 a 2029 em valores constantes a preços de 2026	
2027	
LRF, art. 4º, § 2º, inciso II	
R\$ milhares	
13 - Outras Transferências da União	
- Transferências do SUS - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente e os valores dos tetos de incremento PAP E MAC do Município. Para 2027 os valores não foram alterados, consideramos um crescimento do PIB esperado para os anos de 2028 e 2029 no percentual de 1,80%.	
2027-	R\$ 36.732.000,00*0,0% = R\$ 35.732.000,00
2028-	R\$ 35.732.000,00*1,8% = R\$ 36.023.000,00
2029-	R\$ 36.023.000,00*1,8% = R\$ 36.353.000,00
- Transferências do Salário Educação (FNDE) - Para a projeção dessa receita foi considerada a nova estimativa de arrecadação para 2026 e colocamos uma projeção de crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 5.405.000,00*1,8% = R\$ 5.502.000,00
2028-	R\$ 5.502.000,00*1,8% = R\$ 5.601.000,00
2029-	R\$ 5.601.000,00*1,8% = R\$ 5.702.000,00
- Demais Transferências do FNDE - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 2.248.000,00*1,8% = R\$ 2.405.000,00
2028-	R\$ 2.405.000,00*1,8% = R\$ 2.449.000,00
2029-	R\$ 2.449.000,00*1,8% = R\$ 2.493.000,00
- Transferências do FNAS - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício, sem previsão de crescimento.	
2027-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
2028-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
2029-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
- Demais Transferências da União - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 4.921.000,00*1,8% = R\$ 4.998.000,00
2028-	R\$ 4.998.000,00*1,8% = R\$ 5.088.000,00
2029-	R\$ 5.088.000,00*1,8% = R\$ 5.179.000,00
14 - ICMS- Para a projeção dos valores referentes ao ICMS, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 74.169.000,00*1,8% = R\$ 75.503.000,00
2028-	R\$ 75.503.000,00*1,8% = R\$ 76.863.000,00
2029-	R\$ 76.863.000,00*1,8% = R\$ 78.246.000,00
15 - IPVA - Para a projeção dos valores referentes ao IPVA, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,8 para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 28.203.000,00*1,8% = R\$ 28.710.000,00
2028-	R\$ 28.710.000,00*1,8% = R\$ 29.227.000,00
2029-	R\$ 29.227.000,00*1,8% = R\$ 29.753.000,00
16 - IPI - Para a projeção dos valores referentes ao IPVA, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 490.000,00*1,8% = R\$ 499.000,00
2028-	R\$ 499.000,00*1,8% = R\$ 508.000,00
2029-	R\$ 508.000,00*1,8% = R\$ 517.000,00
17 - FUNDEB - Para a projeção dos recursos do FUNDEB, considerou-se informações da Portaria FNDE Interministerial nº 14/2025 que estabeleceu a projeção de repasse para 2026 de R\$ R\$ 69.013.535,11 acrescida das projeções do PIB Brasil para o triênio sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 69.013.000,00*1,8% = R\$ 70.225.000,00
2028-	R\$ 70.225.000,00*1,8% = R\$ 71.520.000,00
2029-	R\$ 71.520.000,00*1,8% = R\$ 72.807.000,00
18 -Outras Receitas Correntes - Para a projeção dos valores referentes a esse grupo de receitas, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80%.	
2027-	R\$ 18.763.000,00*1,8% = R\$ 19.078.000,00
2028-	R\$ 19.078.000,00*1,8% = R\$ 19.401.000,00
2029-	R\$ 19.401.000,00*1,8% = R\$ 19.731.000,00
19 - Deduções da Receita Corrente - Para a projeção das receitas dedutórias para a formação do FUNDEB, considerou-se 20% de contribuição para a formação do fundo sobre a previsão do FPM, ITR, ICMS, IPVA E IPI EXPORTAÇÃO. Para as outras deduções das receitas considerou-se a projeção do PIB de 1,80% para o triênio.	
20 - Transferências de Capital - Para a projeção de recursos oriundos de Transferências de Capital fizemos uma estimativa com base na série histórica.	
21 - Outras Transferências de Capital - Projeção de recebimento de recursos provenientes do contrato de concessão da SABESP que devem ser repassados ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. O repasse seria de 4% do Faturamento da Concessionária. Estimamos R\$ 200.000,00 por trimestre atualizados pela estimativa de crescimento do PIB para o triênio.	
Município de MAIRIPORA	
Quadro II	
CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS	
Ano de 2025 em valores correntes; 2026 a 2029 em valores constantes a preços de 2026	
2027	
LRF, art. 4º, § 2º, inciso II	
R\$ milhares	
13 - Outras Transferências da União	
- Transferências do SUS - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente e os valores dos tetos de incremento PAP E MAC do Município. Para 2027 os valores não foram alterados, consideramos um crescimento do PIB esperado para os anos de 2028 e 2029 no percentual de 1,80%.	
2027-	R\$ 36.732.000,00*0,0% = R\$ 35.732.000,00
2028-	R\$ 35.732.000,00*1,8% = R\$ 36.023.000,00
2029-	R\$ 36.023.000,00*1,8% = R\$ 36.353.000,00
- Transferências do Salário Educação (FNDE) - Para a projeção dessa receita foi considerada a nova estimativa de arrecadação para 2026 e colocamos uma projeção de crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 5.405.000,00*1,8% = R\$ 5.502.000,00
2028-	R\$ 5.502.000,00*1,8% = R\$ 5.601.000,00
2029-	R\$ 5.601.000,00*1,8% = R\$ 5.702.000,00
- Demais Transferências do FNDE - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 2.248.000,00*1,8% = R\$ 2.405.000,00
2028-	R\$ 2.405.000,00*1,8% = R\$ 2.449.000,00
2029-	R\$ 2.449.000,00*1,8% = R\$ 2.493.000,00
- Transferências do FNAS - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício, sem previsão de crescimento.	
2027-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
2028-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
2029-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
- Demais Transferências da União - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 4.921.000,00*1,8% = R\$ 4.998.000,00
2028-	R\$ 4.998.000,00*1,8% = R\$ 5.088.000,00
2029-	R\$ 5.088.000,00*1,8% = R\$ 5.179.000,00
14 - ICMS- Para a projeção dos valores referentes ao ICMS, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 74.169.000,00*1,8% = R\$ 75.503.000,00
2028-	R\$ 75.503.000,00*1,8% = R\$ 76.863.000,00
2029-	R\$ 76.863.000,00*1,8% = R\$ 78.246.000,00
15 - IPVA - Para a projeção dos valores referentes ao IPVA, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,8 para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 28.203.000,00*1,8% = R\$ 28.710.000,00
2028-	R\$ 28.710.000,00*1,8% = R\$ 29.227.000,00
2029-	R\$ 29.227.000,00*1,8% = R\$ 29.753.000,00
16 - IPI - Para a projeção dos valores referentes ao IPVA, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 490.000,00*1,8% = R\$ 499.000,00
2028-	R\$ 499.000,00*1,8% = R\$ 508.000,00
2029-	R\$ 508.000,00*1,8% = R\$ 517.000,00
17 - FUNDEB - Para a projeção dos recursos do FUNDEB, considerou-se informações da Portaria FNDE Interministerial nº 14/2025 que estabeleceu a projeção de repasse para 2026 de R\$ R\$ 69.013.535,11 acrescida das projeções do PIB Brasil para o triênio sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 69.013.000,00*1,8% = R\$ 70.225.000,00
2028-	R\$ 70.225.000,00*1,8% = R\$ 71.520.000,00
2029-	R\$ 71.520.000,00*1,8% = R\$ 72.807.000,00
18 -Outras Receitas Correntes - Para a projeção dos valores referentes a esse grupo de receitas, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80%.	
2027-	R\$ 18.763.000,00*1,8% = R\$ 19.078.000,00
2028-	R\$ 19.078.000,00*1,8% = R\$ 19.401.000,00
2029-	R\$ 19.401.000,00*1,8% = R\$ 19.731.000,00
19 - Deduções da Receita Corrente - Para a projeção das receitas dedutórias para a formação do FUNDEB, considerou-se 20% de contribuição para a formação do fundo sobre a previsão do FPM, ITR, ICMS, IPVA E IPI EXPORTAÇÃO. Para as outras deduções das receitas considerou-se a projeção do PIB de 1,80% para o triênio.	
20 - Transferências de Capital - Para a projeção de recursos oriundos de Transferências de Capital fizemos uma estimativa com base na série histórica.	
21 - Outras Transferências de Capital - Projeção de recebimento de recursos provenientes do contrato de concessão da SABESP que devem ser repassados ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. O repasse seria de 4% do Faturamento da Concessionária. Estimamos R\$ 200.000,00 por trimestre atualizados pela estimativa de crescimento do PIB para o triênio.	
Município de MAIRIPORA	
Quadro II	
CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS	
Ano de 2025 em valores correntes; 2026 a 2029 em valores constantes a preços de 2026	
2027	
LRF, art. 4º, § 2º, inciso II	
R\$ milhares	
13 - Outras Transferências da União	
- Transferências do SUS - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente e os valores dos tetos de incremento PAP E MAC do Município. Para 2027 os valores não foram alterados, consideramos um crescimento do PIB esperado para os anos de 2028 e 2029 no percentual de 1,80%.	
2027-	R\$ 36.732.000,00*0,0% = R\$ 35.732.000,00
2028-	R\$ 35.732.000,00*1,8% = R\$ 36.023.000,00
2029-	R\$ 36.023.000,00*1,8% = R\$ 36.353.000,00
- Transferências do Salário Educação (FNDE) - Para a projeção dessa receita foi considerada a nova estimativa de arrecadação para 2026 e colocamos uma projeção de crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 5.405.000,00*1,8% = R\$ 5.502.000,00
2028-	R\$ 5.502.000,00*1,8% = R\$ 5.601.000,00
2029-	R\$ 5.601.000,00*1,8% = R\$ 5.702.000,00
- Demais Transferências do FNDE - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 2.248.000,00*1,8% = R\$ 2.405.000,00
2028-	R\$ 2.405.000,00*1,8% = R\$ 2.449.000,00
2029-	R\$ 2.449.000,00*1,8% = R\$ 2.493.000,00
- Transferências do FNAS - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício, sem previsão de crescimento.	
2027-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
2028-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
2029-	R\$ 1.053.000,00*0,0% = R\$ 1.053.000,00
- Demais Transferências da União - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 4.921.000,00*1,8% = R\$ 4.998.000,00
2028-	R\$ 4.998.000,00*1,8% = R\$ 5.088.000,00
2029-	R\$ 5.088.000,00*1,8% = R\$ 5.179.000,00
14 - ICMS- Para a projeção dos valores referentes ao ICMS, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 74.169.000,00*1,8% = R\$ 75.503.000,00
2028-	R\$ 75.503.000,00*1,8% = R\$ 76.863.000,00
2029-	R\$ 76.863.000,00*1,8% = R\$ 78.246.000,00
15 - IPVA - Para a projeção dos valores referentes ao IPVA, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,8 para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 28.203.000,00*1,8% = R\$ 28.710.000,00
2028-	R\$ 28.710.000,00*1,8% = R\$ 29.227.000,00
2029-	R\$ 29.227.000,00*1,8% = R\$ 29.753.000,00
16 - IPI - Para a projeção dos valores referentes ao IPVA, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 490.000,00*1,8% = R\$ 499.000,00
2028-	R\$ 499.000,00*1,8% = R\$ 508.000,00
2029-	R\$ 508.000,00*1,8% = R\$ 517.000,00
17 - FUNDEB - Para a projeção dos recursos do FUNDEB, considerou-se informações da Portaria FNDE Interministerial nº 14/2025 que estabeleceu a projeção de repasse para 2026 de R\$ R\$ 69.013.535,11 acrescida das projeções do PIB Brasil para o triênio sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 69.013.000,00*1,8% = R\$ 70.225.000,00
2028-	R\$ 70.225.000,00*1,8% = R\$ 71.520.000,00
2029-	R\$ 71.520.000,00*1,8% = R\$ 72.807.000,00
18 -Outras Receitas Correntes - Para a projeção dos valores referentes a esse grupo de receitas, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80%.	
2027-	R\$ 18.763.000,00*1,8% = R\$ 19.078.000,00
2028-	R\$ 19.078.000,00*1,8% = R\$ 19.401.000,00
2029-	R\$ 19.401.000,00*1,8% = R\$ 19.731.000,00
19 - Deduções da Receita Corrente - Para a projeção das receitas dedutórias para a formação do FUNDEB, considerou-se 20% de contribuição para a formação do fundo sobre a previsão do FPM, ITR, ICMS, IPVA E IPI EXPORTAÇÃO. Para as outras deduções das receitas considerou-se a projeção do PIB de 1,80% para o triênio.	
20 - Transferências de Capital - Para a projeção de recursos oriundos de Transferências de Capital fizemos uma estimativa com base na série histórica.	
21 - Outras Transferências de Capital - Projeção de recebimento de recursos provenientes do contrato de concessão da SABESP que devem ser repassados ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. O repasse seria de 4% do Faturamento da Concessionária. Estimamos R\$ 200.000,00 por trimestre atualizados pela estimativa de crescimento do PIB para o triênio.	
Município de MAIRIPORA	
Quadro II	
CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS	
Ano de 2025 em valores correntes; 2026 a 2029 em valores constantes a preços de 2026	
2027	
LRF, art. 4º, § 2º, inciso II	
R\$ milhares	
13 - Outras Transferências da União	
- Transferências do SUS - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente e os valores dos tetos de incremento PAP E MAC do Município. Para 2027 os valores não foram alterados, consideramos um crescimento do PIB esperado para os anos de 2028 e 2029 no percentual de 1,80%.	
2027-	R\$ 36.732.000,00*0,0% = R\$ 35.732.000,00
2028-	R\$ 35.732.000,00*1,8% = R\$ 36.023.000,00
2029-	R\$ 36.023.000,00*1,8% = R\$ 36.353.000,00
- Transferências do Salário Educação (FNDE) - Para a projeção dessa receita foi considerada a nova estimativa de arrecadação para 2026 e colocamos uma projeção de crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 5.405.000,00*1,8% = R\$ 5.502.000,00
2028-	R\$ 5.502.000,00*1,8% = R\$ 5.601.000,00
2029-	R\$ 5.601.000,00*1,8% = R\$ 5.702.000,00
- Demais Transferências do FNDE - Para a projeção das receitas que compõem esse grupo, considerou-se o valor reestimado para o exercício vigente aplicando o crescimento do PIB esperado para o triênio, sendo 1,80% para 2027, 2028 e 2029.	
2027-	R\$ 2.248.000,00*1,8% = R\$ 2.405.000,00
2028-	R\$ 2.405.000,00*1,8% = R\$ 2.449.000,00
2029-	R\$ 2.449.000,00*





Ano XX- Edição **1581**
Quarta-feira, 15 de julho de 2026

ATOS OFICIAIS

11

Imprensa Oficial Eletrônica
do Município de Mairiporã

Prefeitura Municipal de Mairiporã

Município de MAIRIPORÁ
Quadro II
CÁLCULO DAS DESPESAS DO ANEXO DE METAS FISCAIS
Ano de 2025 em valores ocorrentes; 2026 a 2029 em valores constantes a preços de 2026
2027

LRP, art. 4º, § 2º, inciso II

Fonte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Mairiporã: Prefeitura Municipal de Mairiporã: Notas explicativas e Metodologia de Cálculo da Despesa da LDO 2027 - Exercício de 2025 foram demonstrados os valores efetivamente pagos. - A Reestimativa para 2026 foi feita da seguinte forma: Pessoal e encargos: A previsão inicial da LOA de 2026 que já contemplou 5% de reposição inflacionária aos servidores acrescido das projeções de evolução do plano de carreira. Valores referentes a Prefeitura e Câmara Municipal. Juros e encargos da dívida: Valor necessário para contemplar os desembolsos até dezembro de 2026 - R\$ 11.540.000,00. Outras despesas correntes: Valor da dotação inicial da LOA 2026. Valores referentes a Prefeitura e Câmara Municipal. Investimentos: Valor da dotação inicial da LOA 2026. Valores referentes a Prefeitura e Câmara Municipal. Amortização da Dívida: O valor necessário para contemplar os desembolsos que devem ocorrer até 12/2026. - R\$ 10.632.517,76.

- Para o exercício de 2027, 2028 e 2029 fizemos as seguintes projeções:

Pessoal e encargos: Consideramos as seguintes modificações: 2027, 2028 e 2029: Projeção de crescimento de 1,8% ao ano (PIB)

Juros e encargos da dívida: Valor necessário para contemplar os desembolsos 2028 - R\$ 11.617.000,00 2029 - R\$ 11.826.000,00

Outras despesas correntes: Consideramos a projeção de crescimento do PIB de 1,80% para 2027, 2028 e 2029.

Investimentos: Fizemos uma projeção de acordo com a base histórica do Município.

Amortização da Dívida: O valor necessário para contemplar os desembolsos que é de - R\$ 10.632.262,32 por ano.

Município de MAIRIPORÁ
Quadro IV
CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
2027

Atenção: este quadro não inclui dados do RPPS, ou seja, dívida, disponibilidades de caixa e haveres financeiros

LRP, art. 4º, § 2º, inciso II

R\$ milhares

Especificação	Saldo em 31 de dezembro					
	Realizado		Valores constantes - projeção			
	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DÍVIDA CONSOLIDADA DC (I)	76.252	65.608	54.977	44.345	33.713	23.081
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Dívida Contratual	76.252	65.608	54.977	44.345	33.713	23.081
Empréstimos	58.411	49.079	39.759	30.439	21.119	11.799
Internos	58.411	49.079	39.759	30.439	21.119	11.799
Externos	0	0	0	0	0	0
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0	0	0	0	0	0
Financiamentos	0	0	0	0	0	0
Internos	0	0	0	0	0	0
Externos	0	0	0	0	0	0
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	17.841	16.529	15.218	13.906	12.594	11.282
De Tributos	0	0	0	0	0	0
De Contribuições Previdenciárias	17.841	16.529	15.218	13.906	12.594	11.282
De Demais Contribuições Sociais	0	0	0	0	0	0
Do FGTS	0	0	0	0	0	0
Com Instituição Não Financeira	0	0	0	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	0	0	0	0	0	0
Precatórios posteriores a 05/05/2000	0	0	0	0	0	0
Vencidos e não pagos	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	0	0	0	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	50.138	45.821	46.802	47.922	49.066	50.276
Disponibilidade de Caixa	48.721	44.863	45.827	46.930	48.057	49.248
Disponibilidade de Caixa Bruta	59.631	56.387	57.413	58.456	59.508	60.579
(-) Restos a Pagar processados	7.608	7.447	7.435	7.301	7.170	7.041
(-) Depósitos Restituíveis e Val. Vinculados	3.302	4.077	4.151	4.225	4.281	4.290
Demais Haveres Financeiros	1.417	958	975	992	1.009	1.028
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	26.114	19.787	8.175	-3.577	-15.353	-27.195

*PONTE: CN - SIPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais - Unidade responsável - CONTABILIDADE

Município de MAIRIPORÁ
Quadro III
CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA E DO RESULTADO NOMINAL
Anos de 2024 e 2025 em valores correntes; 2026 a 2029 em valores constantes a preços de 2026
2027

LRP, art. 4º, § 2º, inciso II

Fonte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Mairiporã: Prefeitura Municipal de Mairiporã: Os exercícios de 2024 e 2025 seguem com os valores efetivamente realizados conforme constam em balanço anual da Municipalidade. - A projeção para 2026 foi feita com base nos valores previamente conhecidos das amortizações e inscrições a saber: Dívida Contratual: Foram consideradas as amortizações anuais dos seguintes contratos: - Contrato Finisa 0504463 - 1.219.387,32 - Contrato Finisa 0531738 - 597.717,48 - Contrato Finisa 0602769 - 5.003.306,04 - Contrato Desenvolve SP 19150 - 2.499.999,96 Parcelamento de Contribuições Previdenciárias: Consideramos as amortizações anuais das seguintes dívidas: - Parcelamento IPREMA Lei 2319 - amortização de 1.255.667,28 no ano de 2025 - Parcelamento IPREMA Lei 2923 - amortização de 56.194,24 no ano de 2025 - Para 2026, 2027 e 2028 e 2029 as projeções foram feitas com base nas amortizações mensais de cada contrato e de cada parcelamento descrito acima.



Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 1 - Metas Anuais
2027

AMP - Demonstrativo 1 (LRP, art. 4º, § 1º)

Especificação	2027			2028			2029		
	Valor corrente (a)	Valor constante (b)	% RCL (a/bx100)	Valor corrente (c)	Valor constante (d)	% RCL (c/dx100)	Valor corrente (e)	Valor constante (f)	% RCL (e/fx100)
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	598.606	575.749	105,4578	632.937	587.332	105,4458	667.138	598.076	105,4440
Receitas primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	590.246	567.708	103,9850	624.116	579.146	103,9763	657.843	589.743	103,9749
Receitas Primárias Correntes	559.266	537.912	98,5273	593.426	548.852	98,5302	623.398	558.864	98,5309
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	189.742	182.496	95,8272	202.263	187.698	92,6962	213.128	191.063	92,6885
Transferências Correntes	327.874	315.355	97,7623	345.243	320.365	97,5164	364.098	326.328	97,5333
Demais Receitas Primárias Correntes	41.650	40.060	7,3376	43.923	40.789	7,3175	46.262	41.473	7,3119
Receitas Primárias de Capital	30.979	29.797	0,0000	32.688	30.334	0,0000	34.444	30.879	0,0000
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	597.262	574.456	105,2208	630.369	584.949	105,0180	663.116	594.470	104,8084
Despesas primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	574.363	552.434	101,1872	606.399	562.700	101,0237	638.064	572.012	100,8488
Despesas primárias Correntes	527.286	507.153	92,8932	557.467	517.305	92,8722	587.422	526.612	92,8446
Pessoal e Encargos Sociais	201.596	193.899	95,8156	212.751	197.390	95,4182	224.144	200.943	95,4272
Outras Despesas Correntes	325.690	313.254	97,3778	344.756	319.910	97,4344	363.279	325.669	97,4172
Despesas Primárias de Capital	47.078	45.281	8,2938	48.928	45.400	8,1508	50.642	45.400	8,0042
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0	0	0,0000	0	0	0,0000	0	0	0,0000
Receita Total (COM FONTES RPPS)	60.523	58.212	10,6629	68.031	63.130	11,7475	70.595	63.287	11,9710
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	54.284	52.212	9,5533	61.568	57.138	10,6311	63.905	57.287	10,8361
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	48.933	47.065	8,5206	53.512	49.657	9,2404	58.408	52.362	9,3044
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	48.933	47.065	8,5206	53.512	49.657	9,2404	58.408	52.362	9,3044
Resultado primário (SEM RPPS) - Acima da linha (V)=(I-II)	15.882	15.272	2,7976	17.722	16.444	2,9524	19.778	17.733	3,1260
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da linha (VI) = (V) + (III - IV)	21.231	20.421	3,7403	25.776	23.919	4,4510	25.272	22.656	4,2854
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativas (EXCETO RPPS)	8.360	8.041	1,4728	8.821	8.188	1,5232	9.295	8.333	1,5762
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivas (EXCETO RPPS)	11.842	11.390	2,0862	12.519	11.617	2,1618	13.191	11.826	2,2368
Dívida Pública Consolidada (DC)	46.105	44.345	8,1228	36.330	33.713	6,0529	25.745	23.081	4,0692
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-3.719	-3.577	-0,6552	-16.545	-15.353	-2,7866	-30.335	-27.195	-4,7846
Resultado Nominal (SEM RPPS) Abaixo da linha	12.218	11.752	2,1528	12.690	11.774	2,1141	13.209	11.842	2,0877

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 1 - Metas Anuais
2027

AMP - Demonstrativo 1 (LRP, art. 4º, § 1º)

Nota: Excluída a coluna %PIB, conforme MDF da STN.

Fonte e Notas Explicativas

Nota: Esta tabela não inclui a Dívida Consolidada e a Dívida Consolidada Líquida do RPPS. Cálculos realizados pela Prefeitura a partir de dados de exercícios anteriores, que figuram na contabilidade, e projeções com a utilização de parâmetros locais e por informações divulgadas por instituições federais sobre o comportamento da economia nacional. Quanto aos índices de inflação, foi utilizado o quadro de Parâmetros de Referência que acompanha a mensagem do projeto de LDO para 2027.

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2027

AMP - Demonstrativo 2 (LRP, art. 4º, § 2º, inciso I)

Especificação	Metas Prev. Vencidas em 2025 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% RCL	Variação (II-I) (c)=(b-a)	% (c/a x 100)
	Valor (a)		Valor (b)			
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	554.043	0,0000	544.114	107,7639	-9.929	-1,7921
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	547.670	0,0000	537.742	106,5019	-9.928	-1,8128
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	553.994	0,0000	508.757	100,7613	-45.237	-8,1656
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	533.404	0,0000	485.226	96,1009	-46.178	-8,6898
Receita Total (COM FONTES RPPS)	44.150	0,0000	60.893	12,0600	16.743	37,9230
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	42.699	0,0000	54.193	107,7331	11.494	26,9187
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	36.738	0,0000	37,086	7,3450	348	0,9472
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	36.738	0,0000	37,086	7,3450	348	0,9472
Resultado Primário (SEM RPPS) (V) = (I-III)	16.266	0,0000	52.516	10,4009	36.250	222,8578
Resultado Primário (COM FONTES RPPS) (VI) = (V) + (III - IV)	22.257	0,0000	69.623	13,7890	47.396	213,2362
Despesas Primárias (DC)	68.617	0,0000	65.008	12,9939	-3.009	-4,3852
Dívida Pública Consolidada (DCL)	5.397	0,0000	19.787	3,9188	14.390	266,6294
Resultado Nominal (SEM RPPS) Abaixo da linha	24.035	0,0000	6.327	1,2530	-17.688	-73,6543

Nota: Receita a coluna %PIB, conforme MDF da STN.

Fontes e notas explicativas:

MDF Tabela 2 - Dados LDO - www.cdmn.com.br

Prefeitura Municipal de Mairiporã: Prefeitura Municipal de Mairiporã: Dados extraídos do Anexo de Metas Fiscais da LDO 2025 e da Lei Orçamentária de 2025.

O demonstrativo apresenta a comparação entre as metas previstas e as metas efetivamente realizadas no exercício de 2025.

#8128313; 1. Receitas

-Previsão: R\$ 554,0 milhões

-Realizado: R\$ 544,1 milhões

Variação: -1,79%

Receitas Primárias:

Queda semelhante (-1,81%)

Houve leve frustração de receita, indicando que a arrecadação ficou levemente abaixo do esperado, mas dentro de um patamar relativamente controlado.

#128313; 2. Despesas

-Previsão: R\$ 553,9 milhões

-Realizado: R\$ 508,7 milhões

Variação: -8,16%

Aqui um ponto muito relevante, o Município apresentou um resultado primário muito superior ao previsto, indicando:

-Forte ajuste fiscal

-Capacidade de geração de superávit

-Controle eficiente das contas públicas

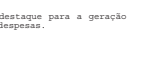
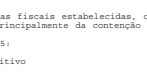
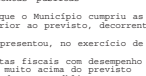
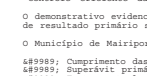
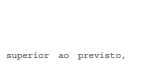
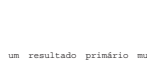
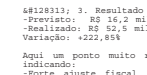
O demonstrativo evidencia que o Município cumpriu as metas fiscais estabelecidas, com destaque para a geração de resultado primário superior ao previsto, decorrente principalmente da contenção de despesas.

O Município de Mairiporã apresentou, no exercício de 2025:

#89989; Cumprimento das metas fiscais com desempenho positivo

#89989; Superávit primário muito acima do previsto

#89989; Forte controle das despesas públicas





Prefeitura Municipal de Mairiporã

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

2027

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milhares

Especificação	Valores a preços correntes										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita total (EXCETO RPPS RPPS)	484.662	554.043	14,32	616.055	11,19	598.606	-2,83	632.937	5,74	667.138	5,40
Receitas Primárias (EXCETO RPPS RPPS) (I)	472.092	547.470	16,01	587.264	7,23	590.246	0,51	624.116	5,74	657.843	5,40
Despesa total (EXCETO RPPS RPPS)	484.662	553.994	14,31	609.350	9,99	597.261	-1,98	630.369	5,54	663.116	5,19
Despesas Primárias (EXCETO RPPS RPPS) (II)	474.501	551.424	11,99	586.460	10,36	574.365	-2,06	606.393	5,58	638.064	5,22
Receita Total (COM RPPS RPPS)	42.704	48.412	13,36	60.523	26,02	48.031	-12,41	70.595	3,77		
Receitas Primárias (COM RPPS RPPS) (III)	42.699	48.930	9,90	54.244	16,87	47.566	-13,41	63.902	3,79		
Despesa Total (COM RPPS RPPS)	36.738	41.783	13,73	48.933	17,11	48.512	9,36	58.408	9,35		
Despesas Primárias (COM RPPS RPPS) (IV)	36.738	41.783	13,73	48.933	17,11	48.512	9,36	58.408	9,35		
Resultado primário (SEM RPPS)	-2.409	16.266	-775,22	804	-95,06	15.881	1.875,25	17.723	11,60	19.779	11,60
Acima da Linha (V) = (I-III)											
Resultado Primário (COM RPPS RPPS)		22.226		5.949	-73,23	21.231	256,88	25.776	21,41	25.272	-1,96
Acima da Linha (VI) = (IV) - (III)											
Dívida pública consolidada (DC)	79.750	68.417	-13,96	78.745	14,76	46.105	-41,45	36.330	-21,20	25.746	-29,13
Dívida consolidada líquida (DCL)	-23.941	5.397	122,54	29.965	455,22	3.710	-112,41	-16.545	344,88	-30.335	83,25
Resultado Nominal (SEM RPPS)	-11.426	24.015	-310,18	-9.068	-137,76	12.218	-234,74	12.690	3,86	13.209	4,09
Abaixo da Linha											

*PONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

2027

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ milhares

Especificação	Valores a preços constantes										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita total (EXCETO RPPS RPPS)	527.722	574.431	8,85	616.055	7,25	575.749	-6,54	587.332	2,01	598.876	1,83
Receitas Primárias (EXCETO RPPS RPPS) (I)	514.036	567.824	10,46	587.264	3,42	567.708	-3,33	579.146	2,01	589.743	1,83
Despesa total (EXCETO RPPS RPPS)	527.722	574.380	8,84	609.350	6,09	574.456	-5,73	584.949	1,83	594.470	1,63
Despesas Primárias (EXCETO RPPS RPPS) (II)	516.659	550.959	6,64	586.460	6,44	552.434	-5,86	562.700	1,86	572.012	1,65
Receita Total (COM RPPS RPPS)	42.704			48.412	13,36	58.212	26,02	63.130	2,00	63.287	1,86
Receitas Primárias (COM RPPS RPPS) (III)	42.699			48.930	9,90	52.212	15,87	57.130	1,80	57.287	1,80
Despesa Total (COM RPPS RPPS)	36.738			41.783	13,73	47.065	17,11	49.697	2,12	52.362	1,80
Despesas Primárias (COM RPPS RPPS) (IV)	36.738			41.783	13,73	47.065	17,11	49.697	0,26	52.362	0,00
Resultado primário (SEM RPPS)	-2.623	16.865	-742,97	804	-95,23	15.274	1.799,75	16.446	7,67	17.731	7,81
Acima da Linha (V) = (I-III)											
Resultado Primário (COM RPPS RPPS)		22.226		5.949	-73,23	20.421	256,88	23.919	21,41	22.656	-1,96
Acima da Linha (VI) = (IV) - (III)											
Dívida pública consolidada (DC)	86.835	71.142	-18,07	78.745	10,69	44.345	-43,69	33.713	-23,98	23.081	-31,54
Dívida consolidada líquida (DCL)	-26.068	5.595	-121,46	29.965	435,57	-3.577	-111,94	-15.383	329,21	-27.195	77,13
Resultado Nominal (SEM RPPS)	-12.441	24.898	-300,13	-9.068	-136,42	11.752	-229,60	11.776	0,20	11.842	0,56
- Abaixo da Linha											

*PONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE

Obs.: "Dívida Pública Consolidada", "Dívida Consolidada Líquida" e no "Resultado Nominal" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 3 - Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

2027

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

Ponte e Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Mairiporã: Observação: \\\\\\\\\\\\\\\\"Dívida Pública Consolidada\\\\\\\\\\\\\\\\\\\", \\\\\\\\\\\\\\\\\\\\"Dívida Consolidada Líquida\\\\\\\\\\\\\\\\\\\", e no \\\\\\\\\\\\\\\\\\\\"Resultado Nominal\\\\\\\\\\\\\\\\\\\" não foram considerados os valores do RPPS (se houver).

Prefeitura Municipal de Mariporã: Veja-se que os dados dos exercícios anteriores são os que foram originalmente previstos nas LDOs.

-Análise da Receita

Verifica-se que a Receita Total (exceto RPPS) apresentou trajetória de crescimento entre os exercícios de 2024 e 2026, passando de R\$ 484,6 milhões para R\$ 616,0 milhões, correspondendo a variações positivas de 14,32% em 2025 e 11,19% em 2026.

Para o exercício de 2027, observa-se redução projetada de 2,83%, com previsão de R\$ 598,6 milhões, indicando adoção de estimativa mais conservadora por parte da Municipalidade.

As Receitas Primárias seguiram comportamento semelhante, com crescimento até 2026 e estabilidade em 2027 (+0,51%), evidenciando manutenção da capacidade arrecadatória em patamar elevado, porém com menor ritmo de expansão.

-Análise da Despesa

A Despesa Total (exceto RPPS) apresentou crescimento até o exercício de 2026 (+9,99%), seguido de redução em 2027 (-1,98%).

No mesmo sentido, as Despesas Primárias cresceram 10,36% até 2026, com posterior retração de 2,06% em 2027.

Tal comportamento indica mudança de orientação fiscal, com adoção de medidas voltadas à contenção de gastos e reequilíbrio das contas públicas no exercício mais recente.

-Resultado Primário

O Resultado Primário (sem RPPS) apresentou significativa evolução ao longo do período analisado:

2024: déficit de R\$ 2,4 milhões
2025: superávit de R\$ 16,2 milhões
2026: superávit reduzido de R\$ 804 mil
2027: superávit de R\$ 15,8 milhões

Observa-se, portanto, a transição de um cenário deficitário para superavitário, com oscilação intermediária em 2026 e retomada do resultado positivo em 2027, evidenciando esforço de consolidação do equilíbrio fiscal.



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ



PREFEITURA DE
MAIRIPORÁ

Município de MAIRIPORÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 4 - Evolução do Patrimônio Líquido

2027

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

CONSOLIDADO (Exceto Regime Previdenciário)						
Patrimônio Líquido	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	118.441	11,15	78.332	8,30	62.003	7,17
Reservas	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Resultado Acumulado	943.682	88,85	865.350	91,70	803.345	92,83
TOTAL	1.062.123	100,00	943.682	100,00	865.348	100,00

*PONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Mairiporã: Evolução do Patrimônio Líquido Total

Observa-se crescimento contínuo do patrimônio líquido ao longo dos exercícios:

2023: R\$ 865,3 milhões

2024: R\$ 943,6 milhões

2025: R\$ 1.062,1 milhões

📈 Variação:

2024/2023: +9,05% (aproximadamente)

2025/2024: +12,55% (aproximadamente)

O Município apresentou expansão consistente de seu patrimônio líquido, indicando geração de resultados patrimoniais positivos e fortalecimento da sua posição econômica.

A análise da evolução patrimonial do Município de Mairiporã demonstra fortalecimento progressivo de sua situação patrimonial no período de 2023 a 2025, com crescimento expressivo do patrimônio líquido.

O aumento verificado decorre, principalmente, da acumulação de resultados positivos e da ampliação do patrimônio/capital, indicando adequada gestão dos recursos públicos.

Ressalta-se que a manutenção dessa trajetória depende da continuidade de políticas fiscais responsáveis, com equilíbrio entre receitas e despesas e controle do endividamento.

Instituto de Previdência Municipal de Mairiporã: Posição da Carteira no fechamento 2025, 2024 e 2023.

Município de MAIRIPORÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Tabela 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

2027

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ milhares

Receitas Realizadas	2025	2024	2023
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	6.580	5.820	447
Alienação de Bens Móveis	222	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
Alienação de Bens Intangíveis	0	0	0
Rendimentos de Aplicações Financeiras	6.358	5.820	447

Despesas Executadas	2025	2024	2023
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0	0	0

Saldo Financeiro	2025	2024	2023
Saldo do Exercício Anterior			6
VALOR (III)	12.853	6.273	453

*PONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Mairiporã: O demonstrativo atende ao disposto no art. 4º, §2º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal, devendo evidenciar a origem e a aplicação dos recursos provenientes da alienação de ativos, cuja destinação deve observar o art. 44 da LRF, que veda sua utilização para despesas correntes, salvo exceções legais.

Análise da Origem dos Recursos
Verifica-se que o Município apresentou arrecadação proveniente de alienação de ativos nos exercícios analisados:

2025: R\$ 229 mil
2024: R\$ 16 mil
2023: R\$ 4 mil

A receita é composta majoritariamente pela alienação de bens móveis (R\$ 222 mil em 2025), com pequena participação de rendimentos de aplicações financeiras nos outros exercícios

Ressalta-se que apesar de ter apresentado receita proveniente de alienação de bens, o Município não utilizou o recurso no ano de 2025.

Instituto de Previdência Municipal de Mairiporã:
Fonte: Balanete Analítico da Receita Orçamentaria 12/2023, 12/2024 e 12/2025.
Tratam-se das remunerações de investimentos relativa ao montante positivo de recursos financeiros reconhecidos no orçamento, derivados pelo capital aplicado em Títulos Públicos Federais, os juros periódicos.



Prefeitura Municipal de Mairiporã

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2027

AMP - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)	39.821	51.260	60.893
Receita de Contribuições dos Segurados	12.698	14.928	16.161
Ativo	12.243	14.438	15.623
Inativo	430	461	508
Pensionista	25	29	30
Receita de Contribuições Patronais	13.254	18.283	16.081
Ativo	13.254	18.283	16.081
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	428	5.806	6.700
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	428	5.806	6.700
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	13.441	12.243	21.951
Compensação Financeira entre os Regimes	1.009	1.489	7.400
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	8.882	10.089	11.500
Demais Receitas Correntes	3.550	665	3.051
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização De Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV)=(I+III-II)	30.939	41.171	49.393

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios	29.158	31.890	35.329
Aposentadorias	24.425	26.843	29.891
Pensões por Morte	4.733	5.047	5.438
Outras Despesas Previdenciárias	1.421	1.395	1.757
Compensação Financeira entre os Regimes	66	466	570
Demais Despesas Previdenciárias	1.355	929	1.187
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	30.579	33.285	37.086

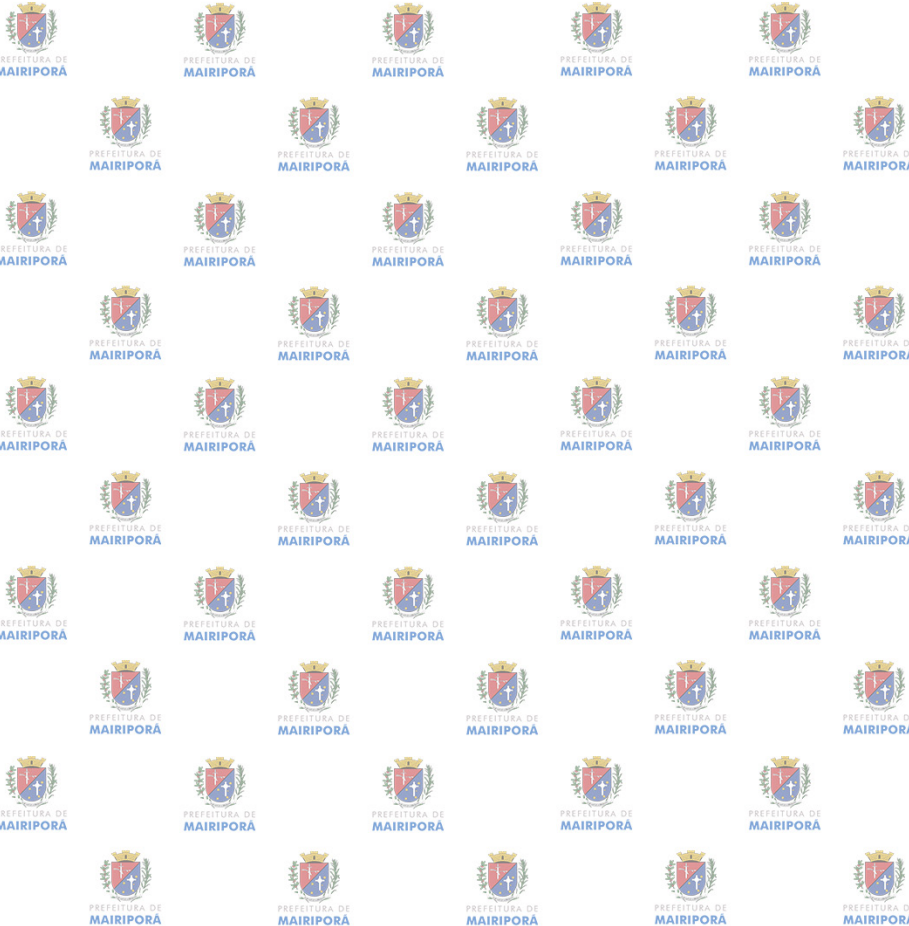
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = IV - V)	360	7.886	12.307
--	-----	-------	--------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2023	2024	2025
VALOR	0	0	0

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2023	2024	2025
VALOR	0	0	0

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0	0	0
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	8.882	10.089	11.435
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
Caixa e Equivalente de Caixa	221.786	250.954	305.813
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outros Bens e Direitos	0	0	0



Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2027

AMP - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (VII)	0	0	0
Receita de Contribuições dos Segurados	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita de Contribuições Patronais	0	0	0
Ativo	0	0	0
Inativo	0	0	0
Pensionista	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receitas Imobiliárias	0	0	0
Receitas de Valores Mobiliários	0	0	0
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Receitas Correntes	0	0	0
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX)=(VII+VIII)	0	0	0

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios	0	0	0
Aposentadorias	0	0	0
Pensões por Morte	0	0	0
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Financeira entre os Regimes	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0	0	0

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI)=(IX-X)	0	0	0
--	---	---	---

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Caixa e Equivalente de Caixa	0	0	0
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outros Bens e Direitos	0	0	0

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2023	2024	2025
Receitas Correntes	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0	0	0

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES - (XIII)	1.355	928	1.176
Pessoal e Encargos Sociais	362	411	583
Demais Despesas Correntes	993	517	593
DESPESAS DE CAPITAL - (XIV)	0	0	11
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	1.355	928	1.187

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV)	-1.355	-928	-1.187
--	--------	------	--------

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Caixa e Equivalente de Caixa	3.212	4.367	5.861
Investimentos e Aplicações	0	0	0
Outros Bens e Direitos	0	0	0

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2027

AMP - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO)	2023	2024	2025
Contribuições dos Servidores	0	0	0
Demais Receitas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) (XVII)	0	0	0

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO)	2023	2024	2025
Aposentadorias	443	450	440
Pensões	94	102	108
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) (XVIII)	537	552	548

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO (XIX) = (XVII - XVIII)	-537	-552	-548
--	------	------	------

*PONTE: CN - SIPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Mairiporã: Despesas Previdenciárias (Benefícios mantidos pelo Tesouro)
Registra as despesas previdenciárias de benefícios mantidos pelo Tesouro que são arrecadas por Estados ou Municípios as quais foram previstos em Lei.



Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Fundo em capitalização
2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)					R\$ milhares
Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex.ant.)+(c)	
2025	-----	-----	-----	305.924	
2026	45.114	43.396	1.718	307.642	
2027	48.309	45.893	2.416	310.058	
2028	53.570	48.501	5.069	315.127	
2029	54.073	51.222	2.851	317.978	
2030	54.652	54.183	469	318.447	
2031	55.237	56.918	-1.681	316.766	
2032	55.829	60.202	-4.373	312.393	
2033	56.427	63.008	-6.581	305.812	
2034	57.031	65.810	-8.779	297.033	
2035	57.642	68.574	-10.932	286.101	
2036	58.259	70.933	-12.674	273.427	
2037	58.883	73.998	-15.115	258.312	
2038	59.514	77.851	-18.337	239.975	
2039	60.152	80.145	-19.993	219.982	
2040	60.796	82.594	-21.798	198.184	
2041	61.448	84.457	-23.009	175.175	
2042	62.107	86.619	-24.512	150.663	
2043	62.772	89.656	-26.884	123.779	
2044	63.445	92.653	-29.208	94.571	
2045	64.125	94.607	-30.482	64.089	
2046	64.813	96.795	-31.982	32.107	
2047	65.508	97.934	-32.426	-319	
2048	66.210	100.058	-33.848	-34.167	
2049	66.920	101.270	-34.350	-68.517	
2050	67.638	102.551	-34.913	-103.430	
2051	68.363	103.161	-34.798	-138.228	
2052	69.097	104.352	-35.255	-173.483	
2053	69.838	104.742	-34.904	-208.387	
2054	70.587	104.543	-33.956	-242.343	
2055	71.344	104.128	-32.784	-275.127	
2056	72.110	103.730	-31.620	-306.747	
2057	72.884	102.667	-29.783	-336.530	
2058	73.666	102.229	-28.563	-365.093	
2059	74.457	101.536	-27.079	-392.172	
2060	75.256	100.687	-25.431	-417.603	
2061	76.064	99.867	-23.803	-441.406	
2062	76.880	100.189	-23.309	-464.715	
2063	77.706	100.509	-22.803	-487.518	
2064	78.540	100.827	-22.287	-509.805	
2065	79.383	101.143	-21.760	-531.565	
2066	50.545	101.457	-50.912	-582.477	
2067	51.051	101.770	-50.719	-633.196	

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Previdenciário
2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)					R\$ milhares
Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex.ant.)+(c)	
2068	51.561	102.081	-50.520	-683.716	
2069	52.077	102.390	-50.313	-734.029	
2070	52.598	102.697	-50.099	-784.128	
2071	53.124	103.002	-49.878	-834.006	
2072	53.655	103.306	-49.651	-883.657	
2073	54.191	103.608	-49.417	-933.074	
2074	54.733	103.908	-49.175	-982.249	
2075	55.281	104.206	-48.925	-1.031.174	
2076	55.833	104.503	-48.670	-1.079.844	
2077	56.392	104.798	-48.406	-1.128.250	
2078	56.956	105.092	-48.136	-1.176.386	
2079	57.525	105.384	-47.859	-1.224.245	
2080	58.101	105.674	-47.573	-1.271.818	
2081	58.682	105.963	-47.281	-1.319.099	
2082	59.268	106.250	-46.982	-1.366.081	
2083	59.861	106.535	-46.674	-1.412.755	
2084	60.460	106.819	-46.359	-1.459.114	
2085	61.064	107.102	-46.038	-1.505.152	
2086	61.675	107.383	-45.708	-1.550.860	
2087	62.292	104.626	-42.334	-1.593.194	
2088	62.915	104.936	-42.021	-1.635.215	
2089	63.544	105.243	-41.699	-1.676.914	
2090	64.179	105.549	-41.370	-1.718.284	
2091	64.821	105.854	-41.033	-1.759.317	
2092	65.469	106.156	-40.687	-1.800.004	
2093	66.124	106.457	-40.333	-1.840.337	
2094	66.785	106.756	-39.971	-1.880.308	
2095	67.453	107.053	-39.600	-1.919.908	
2096	68.128	107.349	-39.221	-1.959.129	
2097	68.809	107.643	-38.834	-1.997.963	
2098	69.497	107.935	-38.438	-2.036.401	
2099	70.192	108.226	-38.034	-2.074.435	
2100	70.894	108.515	-37.621	-2.112.056	

*PONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.1 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Previdenciário
2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

Instituto de Previdência Municipal de Mairiporã: Projeção atuarial elaborada na data focal 31/12/2025 conforme Relatório da Avaliação Atuarial (pág.99)
Nota técnica atuarial - NTA nº 2022.000373.1
Atuario Responsável: Richard M.Dutzmann
Registro MIBA nº 935
Balanço Financeiro / 2025.





Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.2 - Projeção atuarial do RPPS - Fundo em repartição (financeiro)
2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)					R\$ milhares				
Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex.ant.)+(c)					
2025	-----	-----	-----						
2026				0	0				
2027				0	0				
2028				0	0				
2029				0	0				
2030				0	0				
2031				0	0				
2032				0	0				
2033				0	0				
2034				0	0				
2035				0	0				
2036				0	0				
2037				0	0				
2038				0	0				
2039				0	0				
2040				0	0				
2041				0	0				
2042				0	0				
2043				0	0				
2044				0	0				
2045				0	0				
2046				0	0				
2047				0	0				
2048				0	0				
2049				0	0				
2050				0	0				
2051				0	0				
2052				0	0				
2053				0	0				
2054				0	0				
2055				0	0				
2056				0	0				
2057				0	0				
2058				0	0				
2059				0	0				
2060				0	0				
2061				0	0				
2062				0	0				
2063				0	0				
2064				0	0				
2065				0	0				
2066				0	0				
2067				0	0				

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.2 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Financeiro
2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)					R\$ milhares				
Exercício	Receitas previdenciárias (a)	Despesas previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo financeiro do exercício anterior (d)=(d ex.ant.)+(c)					
2068				0	0				
2069				0	0				
2070				0	0				
2071				0	0				
2072				0	0				
2073				0	0				
2074				0	0				
2075				0	0				
2076				0	0				
2077				0	0				
2078				0	0				
2079				0	0				
2080				0	0				
2081				0	0				
2082				0	0				
2083				0	0				
2084				0	0				
2085				0	0				
2086				0	0				
2087				0	0				
2088				0	0				
2089				0	0				
2090				0	0				
2091				0	0				
2092				0	0				
2093				0	0				
2094				0	0				
2095				0	0				
2096				0	0				
2097				0	0				
2098				0	0				
2099				0	0				
2100				0	0				

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 6.2 - Projeção atuarial do RPPS - Plano Financeiro
2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ milhares

Fonte e Notas Explicativas

Município de MAIRIPORÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 7 - Estimativa e Compensação da Rendência de Receita
2027

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)					R\$ milhares				
Tributo	Modalidade	Setores / Programas / Beneficiário	Rendência de receita prevista			Compensação			
			2027	2028	2029				
IPTU/TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	ISENÇÃO	APOSENTADOS, PENSIONISTAS E BENEFICIÁRIOS DE RENDA MENSAL VIT	850	900	950	CRESCIMENTO VEGETATIVO DO IPTU			
IPTU/ITBI/ISSQN/TAXAS	INCENTIVO FISCAL	EMPRESAS	935	950	965	INCENTIVO CONSIDERADO NA ESTIMATIVA DE RECEITA			
IPTU/TAXA DE LIXO	ISENÇÃO	IMÓVEIS EM ÁREA DE RISCO	30	30	30	CONSIDERADO NA ESTIMATIVA DE RECEITA			
IPTU	ISENÇÃO	PESSOAS PORTADORAS DE CâNCER	30	30	30	CONSIDERADO NA ESTIMATIVA DE RECEITA			
TOTAL			1.845	1.910	1.975	-			

*FONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fontes e notas explicativas:

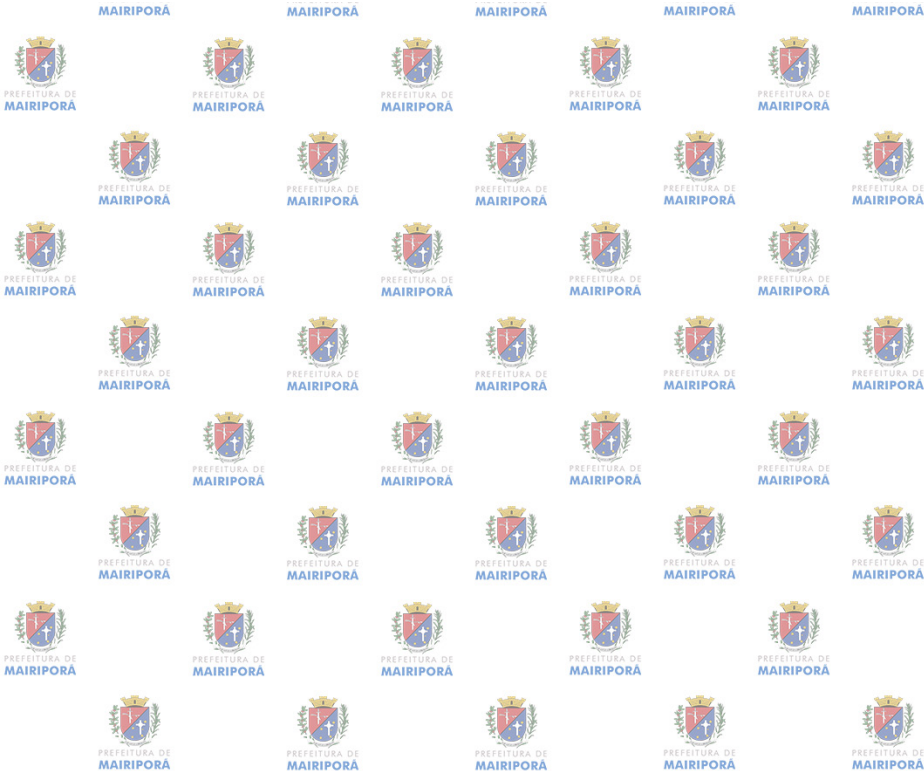
Prefeitura Municipal de Mairiporã; Prefeitura Municipal de Mairiporã: Os valores estimados referem-se a novas isenções e incentivos fiscais a serem concedidos por imposição de legislação vigente.

É oportuno destacar, no que diz respeito aos incentivos fiscais, que o Município vem apresentando melhoras nos seus indicadores voltados ao crescimento e desenvolvimento econômico, bem como a gestão pública de modo geral, conforme passaremos a relatar.

- De acordo com o Ranking de competitividade dos Municípios elaborados pelo Centro de Liderança Paulista de 2025, o município ocupa a posição de número 189 em relação ao Brasil. Esse ranking baseia-se em 65 indicadores distribuídos em 13 pilares temáticos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria das gestão pública das cidades brasileiras. De acordo com o mesmo Ranking o Município de Mairiporã subiu 12 posições em relação ao exercício de 2024.

Entre os 13 pilares, o Município apresentou potencialidade nos seguintes:

- Inovação e dinamismo econômico;
- Qualidade da Saúde;
- Funcionamento da Máquina Pública;





AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

Inscrição Econômica;
Meio Ambiente;
Planejamento;
Raneamento;
- pilulações;
- Rm 2023 o Município acumula saldo anual positivo de admissões de 617 Funcionários (admissões - desligamentos) - dados obtidos junto ao SEAD TRABALHO;
- Rm 2023 foram registradas 347 empresas abertas no município de acordo com dados extraídos caravela.info;
- Rm 2023 foram registrados os últimos 5 anos 19,7% apresentaram o 0,18% menor;
- A arrecadação de ITR provenientes no ano de 2023 foi de R\$ 29.150.702,89, imediatamente superior ao de 2024, sendo R\$ 27.408.624,14;
- A arrecadação de ICMS proveniente do Município - ITR, Valor Adicional e a Receita Tributária do Município frente ao Estado para o crescimento do ICMS referente a 2024 aumentaram quando comparado a 2023 - Fonte: Fazenda/DIFAM;
Rm;
2023: 0.11819500
1924: 0.12067310
Receita Tributária;
2023: 142.014.324,89
2024: 150.987.929,96
Rm;
- Os dados apresentados podem constatar que a política estabelecida para a concessão de incentivos fiscais tem se mostrado satisfatória ao Município já que os objetivos tem sido alcançados. O principal deles é o desenvolvimento econômico sustentável.

Município de MAIRIPORA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Tabela 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado
2027

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ milhares

EVENTOS	VALOR PREVISTO PARA 2027
Aumento Permanente de Receita	2.000
(-) transferências constitucionais	0
(-) transferências ao Fundeb	0
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.000
Redução Permanente de Despesa (II)	6.000
Margem Bruta (III) = (I+II)	8.000
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	5.000
Impacto de Novas DOCCs	5.000
Novas DOCCs geradas por PPPs	0
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	3.000

*PONTE: CN - SIFPM® - Sistema Integrado de Finanças Públicas Municipais , Unidade responsável - CONTABILIDADE

Fontes e notas explicativas:

Prefeitura Municipal de Mairiporã: Avaliação da Sustentabilidade

A existência de margem líquida positiva demonstra que:

✅ As novas despesas obrigat3rias est3o compat3veis com o crescimento da receita
✅ H3 observ3ncia ao princ3pio do equil3brio fiscal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal
✅ O Munic3pio mant3m capacidade de planejamento e expans3o respons3vel

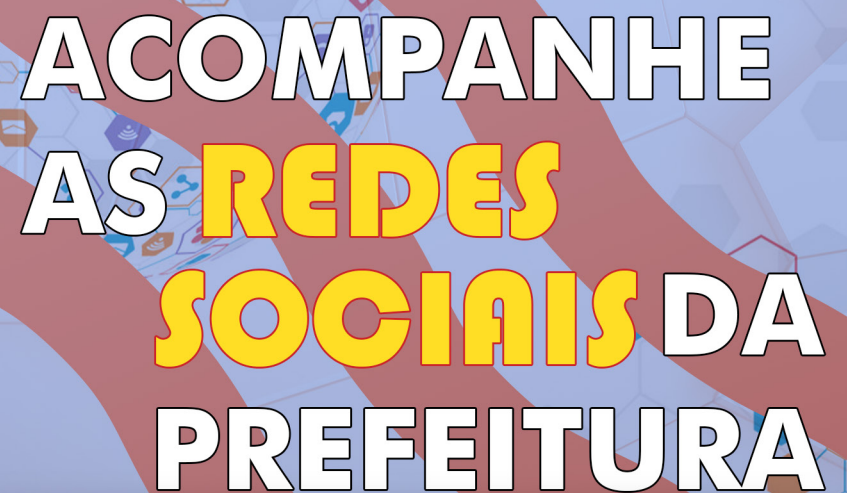
Entretanto, a ampliação de despesas está vinculada à expansão de equipamentos públicos, devendo ser precedida de:

- estimativa de impacto orçamentário-financeiro;
- comprovação de disponibilidade de recursos permanentes.

A análise da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado evidencia que o Município de Mariporã possui capacidade fiscal para absorver novas despesas no exercício de 2027, no montante de até R\$ 3,0 milhões, após consideradas as obrigações já assumidas.

A existência de margem positiva, associada à política de contenção de despesas e ao crescimento das receitas, demonstra gestão fiscal responsável e alinhada às diretrizes legais.

Ressalta-se que a efetiva criação ou ampliação de despesas deverá observar rigorosamente os requisitos legais, especialmente quanto à comprovação de sua sustentabilidade no médio e longo prazo.



ACOMPANHE AS REDES SOCIAIS DA PREFEITURA

/prefeiturademairipora



@prefeiturademairipora



Prefeitura de
MAIRIPORÃ
Você confia, a gente trabalha.

Campanha do **AGASALHO** 2026

Seu guarda-roupa não precisa de agasalhos!



Pessoas Sim!



Prefeitura de
MAIRIPORÃ
Você confia, a gente trabalha.

MTB: 97.828/SP.

mairipora.sp.gov.br